

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**INTRODUÇÃO**

Este documento consiste em Estudo Técnico Preliminar – ETP, da etapa de planejamento da contratação, que servirá para avaliar a viabilidade de aquisição de bens e embasar o termo de referência, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa nº. 03, de 2023.

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:

- a) Identificar a necessidade da área demandante;
- b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
- c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
- d) Preparar informações para a elaboração do termo de referência.

A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos da Instrução Normativa nº. 03, de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**Da necessidade**

Local: no Data Center do SEMAE (ambiente de operação dos servidores da rede de dados do SEMAE); manter a temperatura ambiental adequada para operação dos equipamentos que compõem a infraestrutura centralizada de TI do SEMAE, onde se encontram servidores, *storages*, *switchs*, *no-breaks (UPS)* entre outros equipamentos, sendo crucial para o negócio do SEMAE. Há o agravo de episódio de avarias concomitantes (no mesmo dia) em 2 (dois) equipamentos de ar-condicionado em operação (patrimônios 11801 e 13628); o equipamento sob patrimônio 11802 já se



encontrava avariado (sem conserto) e o equipamento sob patrimônio 14752 foi instalado provisoriamente no local, sendo de origem da sala de Divisão de TI (que conta atualmente com apenas 1 equipamento de ar-condicionado em operação, de forma sobrecarregada).

2. LEVANTAMENTO DE MERCADO

2.1. Analisando o histórico de contratações anteriores a fim de atender o problema em tela, demanda descrita na cláusula primeira, deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, comprova-se que o único modelo de contratação no SEMAE foi de fornecimento de equipamentos de ar-condicionado de conforto, com eventuais contratações de serviço de manutenção. Desta forma, se faz necessário comparar as opções existentes no mercado, em razão de eleger a mais vantajosa sob os aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

2.2. Compulsando-se o mercado, foram encontradas as seguintes soluções:

2.2.1. Contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto;



2.2.2. Contratação para fornecimento/instalação de racks com sistema de refrigeração de precisão;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

2.2.3. Contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de precisão (ACP);



2.2.4. Contratação para prestação de serviço de locação/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto;



2.3. Além de consulta ao mercado fornecedor, foram realizadas pesquisas junto aos seguintes órgãos públicos, a fim de verificar se as necessidades são próximas a desta Autarquia:

2.3.1. UEG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – DISPENSA Nº 03/2022 - Aquisição e instalação, em caráter emergencial, de 02 (dois) equipamentos Ar Condicionado, com capacidade de 48.000 Btus, para substituição do atualmente instalado, e o secundário para necessidades de manutenção e prevenção de sinistros e riscos.

Fonte: <https://www.ueg.br/exec/edital/baixar/46428>



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

2.3.2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI – Campus Itajubá/MG - Pregão Eletrônico Nº 70/2022 - Aquisição de Sistema de Ar Condicionado de Precisão para Data Center.

Fonte: <https://prad.unifei.edu.br/dcc/licitacoes/licitacoes-em-andamento-campus-itajuba/>
<https://drive.google.com/file/d/1msrmo6YDv5XQv2dM3tj2V9L3ZaH-D3G2/view>

2.4. Comparando-se todas as soluções consultadas, conclui-se que a mais vantajosa, no momento, é a 2.2.1, pelas seguintes razões:

2.4.1. A **contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto** se mostra mais vantajosa no momento tendo em vista que a **contratação para prestação de serviço de locação/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto (agregaria manutenções preventivas e corretivas de forma imediata, além de menor risco de indisponibilidade do ambiente)** se tornou inviável pelo motivo de não haver ampla variedade de fornecedores neste mercado (das 4 empresas consultadas, apenas 1 se mostrou interessada em prestar o referido serviço para o SEMAE), demandando riscos com eventual dispensa de licitação; as opções de **contratação para fornecimento/instalação de racks com sistema de refrigeração de precisão** e **contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de precisão (ACP)** demandam investimento vultuoso, porém são as opções mais adequadas ao ambiente em questão; todavia, caso o SEMAE no futuro opte pela solução de uso de racks com sistema de refrigeração de precisão (a opção mais adequada), a climatização do ambiente ainda se mantém necessária (não haverá desperdício de investimentos), visando manter a operação do sistema de refrigeração dos racks em plenitude, sem sobrecargas.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme justificado na cláusula terceira, deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução eleita apresenta as seguintes especificações:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

3.1.1. Contratação de empresa para fornecimento/instalação de 4 (quatro) unidades de equipamento de Ar-Condicionado tipo Teto com tecnologia *Inverter* com capacidade de refrigeração mínima de 45.000 BTU/h frio, 220v, com uso de gás ecologicamente sustentável, com remoção de equipamentos a serem substituídos.

3.2. Trata-se de objeto de natureza comum, pois após ampla pesquisa realizada no mercado, constatou-se que as especificações e características das diversas marcas e modelos disponíveis são homogêneas, havendo, portanto, padronização, justificando-se a adoção do pregão, no formato eletrônico.

3.3. De acordo com as diretrizes da Instrução Normativa nº. 11, de 2023, preliminarmente, foram identificados os seguintes riscos inerentes à contratação, os quais serão aprofundados quando da elaboração do Termo de Referência:

3.3.1. Adequação civil, obra (eventuais furações de alvenaria – para passagem de dutos e fixação com buchas, recortes em chapas de *Dry Wall*);

3.3.2. Adequação elétrica (caso o modelo do equipamento adquirido necessite de alguma adaptação peculiar);

3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, segundo os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº. 09, de 2023, uma vez que as especificações são apenas as necessárias para atendimento das necessidades usuais da Autarquia.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO.

4.1. Contratação de equipamentos conforme item 01 do presente ETP, conforme condições, quantidades e unidades de medida estabelecidos.

4.2. O cronograma de entrega será definido no Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

5.1. Nos termos da segunda cláusula deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, as soluções identificadas no mercado apresentam os seguintes valores estimados:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

5.1.1. Contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto: R\$ 69.601,63 (média dos valores elencados no item 5.2)

5.1.2. Contratação para fornecimento/instalação de racks com sistema de refrigeração de precisão: R\$ 1.190.175,00 (anexo I)

5.1.3. Contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de precisão (ACP): R\$ 578.870,00 (anexo II)

5.1.4. Contratação para prestação de serviço de locação/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto: R\$ 35.995,20 (valor estimado por 12 meses, anexo III).

5.2. Em relação à solução eleita como a mais vantajosa, foram consultadas as seguintes fontes (anexo IV, V e VI), em atendimento à disciplina do art. 23, da Lei nº. 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa nº. 06, de 2023:

Empresa/Órgão	FRIGELAR	POLO AR	NOROESTE/UEG
Valor (R\$)	83.967,72	62.577,18	62.260,00

6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

6.1. O objeto da contratação será em **lote único dividido em 04 itens**:

LOTE	ITEM	DESCRIPTIVO
1	1	APARELHO CONDICIONADOR DE AR INVERTER, TIPO TETO COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO MÍNIMA DE 45.000 BTU'S, 220V, CICLO FRIO, COM CONTROLE REMOTO COM FIO PARA PROGRAMAÇÕES DE FUNÇÕES, COMPRESSOR ROTATIVO/SCROLL.
1	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO
1	3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO EM APARELHO DE AR-CONDICIONADO
1	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTO DE AR-CONDICIONADO



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para o atendimento satisfatório da necessidade da Autarquia e, conforme prática usual do mercado para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, são necessários os seguintes requisitos para a contratação:

7.1.1. A Contratada deverá manter um contingente mínimo de empregados na execução dos serviços, para atender o prazo de entrega dos serviços.

7.1.2. Todas as atividades deverão ser prestadas por empregados devidamente qualificados para a prestação desses serviços e utilizando os equipamentos de segurança pessoal, apropriados para os mesmos, os quais deverão ser fornecidos sempre que necessário.

7.1.3. Os empregados deverão apresentarem-se trajando uniforme, calçado e identificação (crachá).

7.1.4. Os serviços deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados e com Registro em Carteira de Trabalho (CTPS).

7.1.5. A Contratada obriga-se a fornecer além do transporte, todo o ferramental e instrumentos de medição necessários para a execução dos serviços.

7.1.6. A Contratada deverá realizar os serviços de acordo com as normas vigentes e programações fornecidas pelo SEMAE.

7.1.7. Os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços, inclusive os equipamentos de ar-condicionado, serão fornecidos pela Contratada de acordo com especificações do SEMAE.

7.1.8. Os serviços realizados pela Contratada terão acompanhamento técnico do SEMAE até o final de sua execução, o que não eximirá a Contratada de qualquer responsabilidade pelos serviços prestados.

7.1.9. Os serviços deverão ser realizados de acordo com o presente Termo de Referência, sendo que, qualquer alteração, deverá ter comunicação prévia, para aprovação do SEMAE.

7.1.10. As empresas participantes poderão realizar visita técnica no local da realização dos serviços, que deverá ser previamente agendada, através do telefone (19) 3403-9686.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

8. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS

8.1. O objeto que se pretende contratar guarda relação com o item 10, de sorte que se faz necessário verificar questões de compatibilidade e padronização, além de atentar para os prazos de atendimento de ambas as demandas.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Com a contratação objeto deste ETP, almeja-se alcançar os seguintes objetivos:

9.1.1. Manter o ambiente computacional do SEMAE em operação contínua, sem maiores indisponibilidades, salvaguardando o bom funcionamento dos equipamentos alocados.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA AUTARQUIA

10.1. Para a execução do objeto deste ETP, serão necessárias as seguintes providências por parte da Autarquia:

10.1.1. Adequação civil/elétrica do local para permitir instalação dos equipamentos fornecidos pela contratada, conforme necessidade eventualmente apontada.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Considerando as atividades que serão realizadas para viabilizar a execução do objeto, bem como os resíduos que serão descartados, vislumbram-se os seguintes impactos ambientais possíveis:

11.1.1. Risco no local durante a montagem e instalação do objeto.

11.2. Para minimizar os impactos indicados na cláusula anterior, o contratado deverá:

11.2.1. Atender os aspectos relacionados no item 8.

11.3. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, recomenda-se, desde que haja disponibilidade no mercado, a aquisição de equipamentos com baixo



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

GWP (*Global Warming Potential*), ou, em português, potencial de aquecimento global, relacionados com o tipo de gás que os equipamentos utilizam. Existe o DECRETO Nº 11.666, DE 24 DE AGOSTO DE 2023, que promulga a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, firmada pela República Federativa do Brasil em Kigali, em 15 de outubro de 2016.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

12.1. Conforme levantamento de mercado indicado na cláusula terceira deste Estudo Técnico Preliminar, é possível concluir que a solução mais viável, sob os aspectos técnicos, econômicos e ambientais é a 2.2.1.

12.2. As demais soluções foram descartadas pelas seguintes razões:

12.2.1. Contratação para fornecimento/instalação de racks com sistema de refrigeração de precisão – item 2.2.2 – necessita de alto investimento e liberação de recursos pelo Departamento de Finanças;

12.2.2. Contratação para fornecimento/instalação de equipamento de ar-condicionado de precisão (ACP) – item 2.2.3 – alternativa ao item 2.2.2, porém com maior risco de indisponibilidade (não há mecanismo de contingência alternativo, como ar de conforto para manter a temperatura do ambiente – por exemplo).

12.2.3. Contratação para prestação de serviço de locação/instalação de equipamento de ar-condicionado de conforto – item 2.2.4 – alternativa que agrega manutenções preventivas e corretivas de forma imediata em relação ao item 2.2.1, além de menor risco de indisponibilidade do ambiente (menor tempo para contratação/instalação) porém não há ampla variedade de fornecedores no momento, podendo ser estudada a contratação no futuro.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

ÁREA TÉCNICA:

Nome Servidor: André Luis Gardin Castilho

Cargo/função: Chefe de Divisão de Serviços Gerais

Matrícula nº: 1.641-9

ÁREA REQUISITANTE:

Nome Servidor: José Odivaldo Chitolina Junior

Cargo/função: Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação

Matrícula nº: 1.829-6

ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

1 – De acordo com o ETP elaborado pela área requisitante;

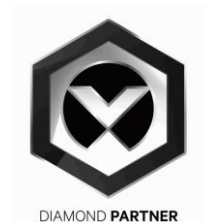
2 – Determino a continuidade dos procedimentos para a contratação pretendida.

Nome da autoridade: Artur Costa Santos

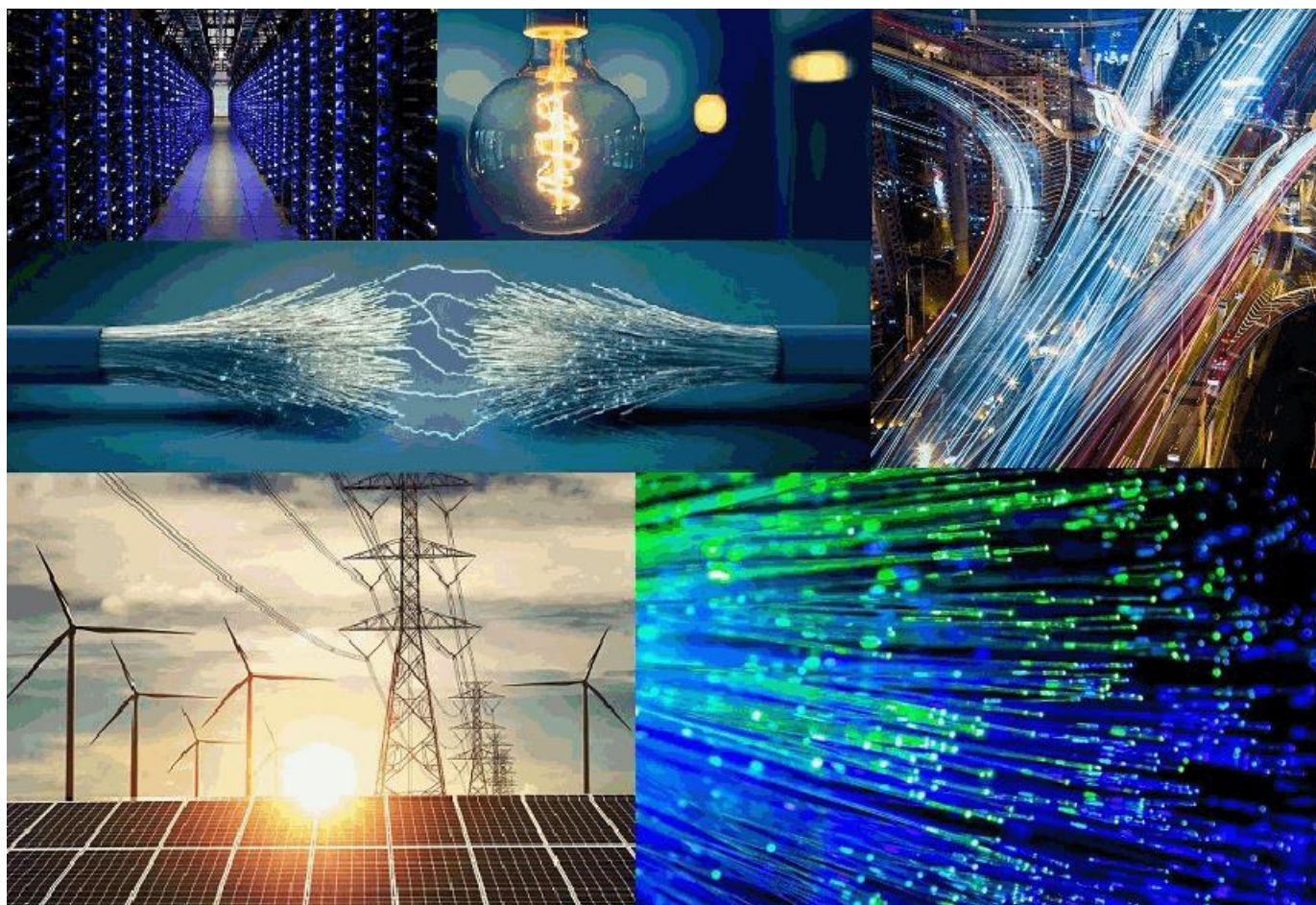


SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ANEXO I



PROPOSTA TÉCNICA / COMERCIAL



Site: www.apice.com.br - Email: contato@apice.com.br
Fone / WhatsApp: 19 37545000



CAMPINAS, 16/10/2023

Cotação de Venda

APICE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA

CNPJ: 54.397.203/0001-92 - IE: 244.246.610.115

DADOS DO CLIENTE:

(Estas informações serão utilizadas para faturamento)

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**Contato:**

CNPJ/CPF: 50.853.555/0001-54

I.E: 535.381.636.117

RUA RUA XV DE NOVENBRO - 13416756 – NOVA

AMERICA – PIRACICABA/SP

Fones:

Prezado ANDRE,

Com tradição e excelência, desde 1985, a Ápice Sistemas de Energia fornece soluções em sistemas críticos para empresas de diferentes segmentos e perfis. Com uma estrutura de 1.700m², alta disponibilidade de estoque, auditório para treinamentos e uma equipe técnica treinada especializada para proporcionar as melhores soluções em sistemas de energia aos nossos clientes. Somos Diamond Solution Provider de uma das maiores fabricantes mundiais, a Vertiv (anteriormente Emerson Network Power) parceria essa há mais de 15 anos.

A Ápice oferece aos seus clientes a mais avançada tecnologia em soluções para ambientes críticos. Comercializamos Sistemas de Energia Ininterrupta (UPS) modelos monofásico e trifásico, Baterias VRLA, tracionárias, Litio-ion, Alcalinas, Ar Condicionado de Precisão, Grupo Geradores, Estabilizadores, Supressores de Surtos e Transientes (TVSS), Sistemas de Monitoramento e Gerenciamento Remoto, Transformadores, Rack's, Sistema retificadores, Sistema de edge (Smart solutions).

Disponibilizamos o melhor atendimento e estrutura de serviços. Possuímos Laboratório de Reparo para equipamentos, Serviços Avulsos de manutenção preditiva, preventiva, corretiva, Locação de equipamentos e Contrato de Manutenção para todas as marcas. Prestamos serviços de Engenharia e Infraestrutura Elétrica e Gerenciamento de obras.

Razões para você escolher a Ápice:

- ✓ Há mais de 37 anos atuando no Mercado de Sistemas de Energia.
- ✓ Mais graduada certificação no programa de parceiros Vertiv, tornando-se Diamond Partner -Solution Provider.
- ✓ Atuamos em grandes clientes em todo o território nacional.
- ✓ Certificação ISO 9001.
- ✓ Seguro de Responsabilidade Civil de Serviços.
- ✓ PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).
- ✓ Laboratório, montagens, manutenção própria, reparos em diversas linhas de UPS, retificadores, estabilizadores, chaves de transferências, geradores e demais equipamentos para missão crítica.
- ✓ Reposição rápida de peças através de estoque próprio.
- ✓ Equipe própria de Engenheiros Eletricistas e técnicos eletroeletrônicos com CREA.
- ✓ Instrumentos Alber e Hioki para acompanhamentos e medições de baterias;
- ✓ Bancos de cargas portáteis para testes de autonomia;
- ✓ Gerador para testes de comissionamento;

Não importa qual o segmento ou aplicação, nós temos a solução!

Atenciosamente,

APICE SISTEMAS DE ENERGIA

Site: www.apice.com.br - Email: contato@apice.com.br

Fone / WhatsApp: 19 37545000



Cotação de Venda

DESCRIPTIVO DOS ITENS / SERVIÇOS

# Cód. Item	Descrição	NCM	Qtd.	ICMS	IPI	Preço Un com impostos	Valor Total com impostos
1	SMS000018 GABINETE INTEGRADO SMARTROW BR SOLUCAO DE INFRAESTRUTURA INTEGRADA, MODELO SMARTROW BR, COM 3 RACKS	9403.20.90	1	12,00	0,00	R\$ 957.524,60	R\$ 957.524,60
2	SVC000017 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM FINAL DE SEMANA		1	0,00	0,00	R\$232.650,40	R\$232.650,40

OFERTA DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA SMARTROW 3 GABINETES

SOLUÇÃO CONTENDO:

1. 3 X GABINETES DE TI
2. 1 X AR CONDICIONADO DE PRECISÃO MODELO CRV
3. SISTEMA DE MONITORAMENTO E SUPERVISÃO DE TENSÃO, CORRENTE, TEMPERATURA, HUMIDADE
4. CONTROLE E COMBATE A INCENDIO
5. CONTROLE DE ACESSO COM TRANCA ELETRONICA
6. SISTEMA DE MONITORAMENTO CFTV

* EXCLUSO DO FORNECIMENTO OS MATERIAIS DE INFRAESTRUTURA/INSTALAÇÃO (QUADROS ELÉTRICOS, ELETROCALHAS, ETC.). ESTES ITENS SÃO DE FORNECIMENTO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

* EXCLUSO DO FORNECIMENTO O CABEAMENTO DE LIGAÇÃO DE ENERGIA DA ENTRADA/CONCESSIONARIA PARA O UPS, E DO UPS PARA O QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS CARGAS. ESTES ITENS SÃO DE FORNECIMENTO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

* SERVIÇOS DE ATIVAÇÃO (THERMAL) CONSIDERANDO UMA INSTALAÇÃO COM COMPRIMENTO MAXIMO DE 15M, MATERIAIS DE INSTALAÇÃO (ELETRICA E HIDRAULICA), EXECUÇÃO DE VACUO E COMISSONAMENTO;

* GARANTIA PADRÃO DE 12 MESES CONSIDERANDO A EXECUÇÃO DA STARTUP POR UM TECNICO CREDENCIADO APICE/VERTIV

* MAIORES DETALHES SOBRE GARANTIA E STARTUP - OLHAR ITENS "CONDIÇÕES COMERCIAIS" E "CLAUSULAS" DESTA PROPOSTA

VALIDADE DA PROPOSTA: 10DU

FRETE CIF DEDICADO PARA PIRACICABA/SP

CONDIÇÃO DE ENTREGA: MINIMO DE 180 DIAS APÓS LIBERAÇÃO PELA APICE OU ATE ENQUANTO DURAR O ESTOQUE

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: 30 DIAS

* IMPOSTOS CONSIDERANDO CNPJ COM INSCRIÇÃO ESTADUAL.

* A condição de pagamento desta proposta pode ser alterada perante análise cadastral

* Empresas que não emitem ordem/pedidos de compras deverão assinar a proposta comercial, essa assinatura deve ser feita pelo representante legal ou procurador da empresa com envio de cópia da procuração, também poderão ser assinadas por certificado digital da empresa/sócio/procurador

Total do Orçamento : R\$ 1.190.175,00

Cotação de Venda

Condições Comerciais:

Condição de Pagamento: 30 dias

Data Prevista de Entrega até: 60 dias úteis, após o recebimento e a aceite do pedido de compras.

Validade Proposta: 27/10/2023

Forma Pagamento:

* Venda de equipamento ou prestação de serviço com pagamento à prazo somente ocorrerá mediante análise de crédito. Primeira compra somente com pagamento à vista.

* Para pagamento à vista, será necessário aguardar confirmação de pagamento pela instituição financeira para liberação do material / serviço. Caso o pagamento ocorra por depósito bancário esse prazo será de 1 dia útil.

* Empresas que não emitem ordem / pedidos de compras deverão assinar a proposta comercial. Essa assinatura deve ser feita pelo representante legal ou procurador da empresa com envio de cópia da procuração, podendo ser assinadas por certificado digital da empresa / sócio / procurador.

Transportadora:

Tipo de Frete: CIF

Impostos: Inclusos

Observações:

Atenciosamente,

Glauco Ribeiro dos Santos

Gerente de Contas

/

glauco.ribeiro@apice.com.br

Cotação de Venda

ITENS EXCLUSOS DA PROPOSTA:

Instalação física dos equipamentos, manutenção preventiva durante o período de garantia, contratos de manutenção (Preventiva e Corretiva) e/ou periódica e/ou atendimento 24x7, Spare parts, Start-up fora do horário comercial, bases metálicas e/ou bases de concreto, quadros elétricos de alimentação do Sistema UPS, quadros elétricos de paralelismo e/ou bypass externo de manutenção e/ou distribuição.

Autotransformadores e/ou Transformadores isoladores para adequação de tensão e/ou isolamento galvânica das UPS, peças sobressalentes, sistema de monitoramento individual de monoblocos de Baterias, projetos executivo, desenhos do tipo As-Built, estudos de curto circuito, seletividade e coordenação de dispositivos, fornecimento e instalação de cabos e infraestrutura elétrica AC, DC ou comando e automação, materiais tais como cabos de potência, comando e automação, leitos, bandejas, curvas, terminais, condutores, sealtubo, esteiras, eletrodutos e eletrocalhas, barramento blindado (busway) e qualquer outra infraestrutura elétrica, obras e adequações das instalações civis, alvenarias, contrapisos, impermeabilizações, Pintura, acabamentos, desinstalação, remoção e/ou remanejamento de equipamentos existente e quaisquer materiais ou serviços claramente mencionados em nossa proposta.

Condições Comerciais:

DADOS PARA EMISSÃO DO PEDIDO:

APICE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ: 54.397.203/0001-92 - IE: 244.246.610.115 - IM: 7077-7
 Registro Junta Comercial: 352.03095773 de 16/04/1985.
 Natureza Jurídica: 206-2 - Sociedade Empresária Limitada.
 RUA JOAQUIM NORBERTO, 250 JARDIM SANTA GENEBRA CAMPINAS SP - CEP 13080-150.

GARANTIA:

Produto	Início da Garantia	Período de Garantia Padrão
UPS Monofásicos e Bifásicos	A partir da data de emissão da Nota Fiscal do Cliente final.	12 meses para o equipamento e 12 meses para as baterias (desde que o equipamento seja ativado com até 90 dias após a venda).
UPS Trifásicos	Start-up realizado pela Ápice, Vertiv™ ou Parceiro Autorizado.	12 meses a partir do start-up ou no máximo 15 meses após a entrega, o que ocorrer primeiro. ** bancos de baterias externos 12 meses (desde que o equipamento seja ativado com até 90 dias após a venda).
Racks VR, acessórios e racks PDU Geist™	A partir da data de emissão da Nota Fiscal do Cliente final.	12 meses para Racks VR 12 meses para Racks PDU Geist™
Ar-Condicionado de Precisão / Vertiv™ SmartCabinet™, Vertiv™ SmartRow™, Vertiv™ SmartAisle™, Vertiv™ SmartMod™	A partir da data de emissão da Nota Fiscal do Cliente final.	12 meses a partir do start-up ou no máximo 15 meses após a entrega, o que ocorrer primeiro.
Produtos Avocent® / Sistemas de Monitoramento / Outros	De acordo com o contratado.	12 meses.
Equipamentos de Corrente Contínua	A partir da data de emissão da Nota Fiscal do Cliente final.	12 meses.
Baterias	A partir da data de emissão da Nota Fiscal do Cliente final.	12 meses. Para que não haja perda de garantia de baterias, recomenda-se a ativação / energização das mesmas ou uma recarga em até 90 dias, após este período pode haver perda parcial e/ou total da sua capacidade e perda total da sua garantia. Peças de reposição que não contemple a troca de 100% do banco não terá garantia.
Serviços	A partir da data de emissão do Laudo Técnico.	90 dias.

Cotação de Venda

Potências superiores a 10 kVA, será prestado suporte via telefone, inicialmente, e caso não seja possível diagnosticar, será realizado visita técnica de inspeção. A visita de inspeção no site será gratuita dentro de um raio de até 50 km a partir da localização da Ápice, desde que o start-up tenha sido realizado pela Ápice ou pelo Parceiro de Serviços Autorizado.

O horário para serviços em garantia é de segunda a sexta, das 9:00 h as 17:00 h. Para o tempo de programação desse serviço, consulte a seção Escopo e Tempo de Resposta de Diagnósticos, qualquer horário fora da faixa estipulada terá um custo adicional. Fora do raio de 50 km a partir da localização da Ápice e/ou do Parceiro de Serviços Autorizado, o valor da visita de inspeção ao site ficará a cargo do cliente.

START UP:

Equipamentos até 10 kVA (Sistema Plug and Play) o Start-up do no-breaks será feito via telefone, através do suporte de nossa Assistência Técnica.

Potências superiores a 10 kVA deverão ser ativadas somente por técnicos credenciados Ápice | VERTIV. A energização realizada pelo cliente sem acompanhamento de técnico credenciado pode acarretar na perda de Garantia.

Para energização do equipamento deverá ser fornecido estrutura elétrica. A Infra Estrutura para alimentação dos equipamentos e distribuição das cargas não estão inclusas no preço, porém podemos cotar.

A autorização de fornecimento dos materiais ou serviços constantes do presente, atenderão as condições técnicas e comerciais acordadas entre as partes.

Caso ocorra cancelamento ou necessidade de reagendamento de atividade, a Contratante deverá comunicar a Ápice com 3 dias úteis de antecedência para os atendimentos com deslocamento por rodovias e 7 dias úteis de antecedência para os atendimentos com deslocamento aéreo. Caso o cancelamento ocorra após esse período, será avaliado e apurado os custos por remarcação da atividade e também disponibilidade de agenda técnica.

Aprovado por:

CPF:

Cotação de Venda

Condições Gerais:

CONTRATADA: APICE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.397.203/0001-92, com endereço na RUA JOAQUIM NORBERTO, 250 JARDIM SANTA GENEVRA CAMPINAS SP - CEP 13080-150.

CONTRATANTE: Conforme dados da proposta comercial acima, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/CPF, com endereço e ato devidamente representada por seu sócio administrador.

O presente instrumento constitui os Termos e Condições Gerais de Venda da **CONTRATADA**, sendo certo que, devidamente assinado pelas **PARTES**, passará a ser denominado simplesmente “Contrato”, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - O presente contrato tem como **OBJETO** a venda e compra dos equipamentos e/ou prestações dos serviços descritos na proposta comercial acima:

CLÁUSULA II - DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1 - Por força deste instrumento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço conforme as condições comerciais constantes no preâmbulo (descritivo dos itens / serviços - fls. 03) deste contrato.

2.2 - O preço dos produtos importados é fixado com o dólar (PTAX) divulgado no primeiro dia útil anterior a data de apresentação da proposta comercial. As **PARTES** concordam que haverá reajuste automático do preço dos produtos importados no momento da nacionalização, para mais ou para menos, com o objetivo de equilibrar economicamente a transação, bem como poderão ser alterados de acordo com a disponibilidade do item em estoque.

Parágrafo único - Os preços dos produtos serão automaticamente revisados se ocorrerem alterações de alíquotas de tributos vigentes ou a criação de novos impostos, ou ainda, revogações, isenções, suspensões, alterações de margem de valor agregado ou quaisquer outros aspectos tributários, na exata proporção das alterações ocorridas.

2.3 - Os preços inseridos nesta proposta comercial ou em seus Anexos (conforme aplicável) estarão sujeitos a modificação pela **ÁPICE** em qualquer um dos seguintes casos (A) Se a partir do momento da emissão dos preços ou durante a execução de qualquer contrato celebrado em conformidade com o mesmo, há aumento do custo de qualquer componente ou matéria-prima utilizada pela **ÁPICE** na fabricação dos produtos incluídos na tabela de preços, decorrente das condições de mercado (B) Se os custos relacionados a serviços ou transporte sofram aumento, decorrente das condições de mercado, (C) qualquer outra condição imprevista que gere aumentos iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) para a produção ou entrega dos produtos contemplados na tabela de preços.

2.4 - As **PARTES** concordam que a **CONTRATADA** poderá corrigir quaisquer erros óbvios nas especificações ou preços dos PRODUTOS e, no caso de um evento de força maior, a **CONTRATADA** poderá fazer ajustes equitativos nos preços dos PRODUTOS antes do envio ao CLIENTE, com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico e financeiro da transação.

2.5 - A **CONTRATADA** garante que os preços estabelecidos nesta PROPOSTA estão completos e que nenhuma cobrança extra será adicionada sem o consentimento do CLIENTE, exceto na medida em que os custos da **ÁPICE** para adquirir matérias-primas para as mercadorias aumentem ou diminuam (em pelo menos +/- 5% para qualquer matéria-prima individual) em comparação com os custos listados na London Metal Exchange (www.lme.com) para tais materiais no momento da proposta ou cotação da **CONTRATADA**, caso em que as partes concordam que o faturamento do CLIENTE pode sofrer ajustes dos preços (para cima ou para baixo) proporcional à quantidade de tal aumento ou diminuição para as matérias-primas afetadas.

Cotação de Venda

2.6- O atraso no pagamento do valor previsto na cláusula 2.1, acarretará no acréscimo de multa de 10%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária (IGPM-FGV) até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o valor em atraso, incluindo, sem limitação, custos com agências de cobrança, honorários de advogados, custas processuais, etc.

2.6- A **CONTRATADA** poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução do objeto contratual ou de qualquer outro contrato entre as PARTES, até que a **CONTRATANTE** faça o pagamento do valor em atraso, bem como rescindir o presente contrato, sem quaisquer ônus.

2.7 - Caso a **CONTRATADA**, no ato do faturamento, constatar a existência de restrições cadastrais em nome da **CONTRATANTE** junto aos órgãos de proteção e restrição ao crédito, a **CONTRATADA** terá o direito de exigir o pagamento antecipado para a entrega dos produtos. Caso a **CONTRATANTE** se recuse a fazê-lo, a **CONTRATADA** poderá, a seu exclusivo critério, suspender ou cancelar a entrega dos produtos, sem prejuízo de a **CONTRATANTE** arcar com as perdas e danos cabíveis.

CLÁUSULA III - DOS PRAZOS

3.1 - A vigência do presente contrato terá início a partir da data de sua assinatura por representante devidamente autorizado pela **CONTRATANTE**, finalizando com o efetivo cumprimento de todas as suas obrigações e ou recebimento do pedido de compras ou autorização do cliente por escrita juntamente com o orçamento assinado pelo representante legal da empresa ou pessoa com procuração para tal manobra ou e-mail.

3.2 - Os prazos de entrega serão considerados cumpridos quando os produtos saírem das instalações da **CONTRATADA** ou quando o aviso da disponibilidade para retirada for encaminhado à **CONTRATANTE**.

3.3 - Os prazos serão automaticamente revisados nos casos de necessidade de troca de documentos técnicos, tais como desenhos e folhas de dados, dubiedade comercial ou ainda qualquer pendência de ordem comercial ou financeira que possa impossibilitar ou afetar o prazo ofertado, sendo prorrogado, no mínimo, pelo tempo incorrido para a solução das pendências, dubiedades ou qualquer outro empecilho.

3.4 - Nas hipóteses em que não for possível a **CONTRATADA** cumprir os prazos negociados devido a casos fortuitos ou eventos de força maior, os prazos serão dilatados no tempo necessário para o cumprimento das obrigações das PARTES.

Parágrafo único - Entende-se como força maior e caso fortuito todo fato e/ou circunstância imprevisível ou impossível de ser evitada, que impeça o cumprimento de obrigações contratuais, tais como guerras, greves, blackouts, sabotagens, falta ou atraso de matérias-primas, rejeição sem justificada técnica, atrasos ou indeferimentos de licenças de importação, atos do governo, embargos de fretes, revoluções, enchentes, explosões, incêndios, epidemias, tempo anormalmente severo ou outras contingências.

3.5 - Caso o faturamento e/ou entrega dos produtos seja atrasado por solicitação ou por fato atribuível à **CONTRATANTE**, as partes concordam que tal atraso não prejudicará a transferência de titularidade dos bens, que ocorrerá na data acordada para a entrega, incluindo todo e qualquer risco.

CLÁUSULA IV - DAS MULTAS E PENALIDADES

4.1 - Em caso de atraso na prestação de serviços de manutenções preventivas ou corretivas e entrega de produtos, equipamentos ou peças a **CONTRATADA** arcará com multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor do item em atraso, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) deste valor, tendo início após o prazo de entrega previsto no preâmbulo do presente instrumento.

4.2 - Ocorrendo o cancelamento/rescisão do contrato por solicitação da **CONTRATANTE**, a mesma deverá efetuar o pagamento de multa penal compensatória de 30% (trinta por cento) do valor dos produtos cancelados, sem prejuízo das demais perdas e danos eventualmente incorridos pela **CONTRATADA**, incluindo, mas não se limitando, os custos relacionados à aquisição de materiais, mobilização de equipe, fabricação de equipamentos, contratação de terceiros, indenização suplementar etc.

4.3 - Independente do exposto acima, ocorrendo o cancelamento do contrato ou pedido de compra, por solicitação da **CONTRATANTE**, quando restarem 30 (trinta) dias ou menos para a data de entrega acordada pelas PARTES, enseja o pagamento de cláusula penal compensatória de 100% (cem por cento) do valor dos produtos cancelados, sem prejuízo das demais perdas e danos eventualmente incorridos pela **CONTRATADA**,

Cotação de Venda

incluindo, mas não se limitando, os custos relacionados à aquisição de materiais, mobilização de equipe, fabricação de equipamentos, contratação de terceiros, indenização suplementar etc.

CLÁUSULA V - DA GARANTIA

5.1 - A validade da garantia relativa aos produtos está condicionada a instalação, start up e utilização dos produtos em conformidade com as normas e instruções técnicas da **CONTRATADA**, considerando as soluções para as quais foram previstos e projetados.

5.2 - Se durante o período de garantia, forem constatados vícios atribuíveis a defeito de fabricação, falhas ou não conformidade, a **CONTRATADA** compromete-se a saná-los, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, salvo quanto aos custos e despesas ordinárias incorridos, incluindo, mas não se limitando, a despesas com alimentação, hospedagem e transporte dos técnicos da **CONTRATADA**.

5.3 - A **CONTRATADA** poderá, a seu exclusivo critério, optar pelos devidos reparos e/ou substituições para sanar os vícios atribuíveis a defeito de fabricação constatados.

5.4 - A garantia será realizada apenas em dias úteis e no período entre 08:00 e 17:00, conforme data e horário previamente acordados entre as Partes.

5.5 - Se, durante o auxílio técnico de garantia, for constatado que não há defeito de fabricação, falhas ou não conformidades, a **CONTRATANTE** será cobrada por todos os custos e despesas incorridos, inclusive horas trabalhadas, materiais, equipamentos etc.

5.6 - A garantia de produtos da **CONTRATADA** cobre exclusivamente defeitos de fabricação e, portanto, ficam expressamente fora da cobertura da garantia os danos ou defeitos causados pelo uso indevido da aplicação ou inadequada, conexão a corrente elétrica inapropriada ou incorreta, serviços inadequados de infraestrutura, negligência, condições inapropriadas de operação do site, reparos feitos por pessoal não autorizado, acidentes durante o transporte, violação, armazenagem inadequada, alterações ou mudanças na localização ou no tipo de uso, força maior, atos mal intencionados de terceiros, furto, instalação ou manutenção contrários à recomendação ou especificação da **CONTRATADA/FABRICANTE** e caso tenha sido alterado, apagado ou violado o número de série do equipamento.

5.7 - Ficam excluídas da garantia contratual as partes ou peças consideradas de consumo ou de fácil deterioração, tais como partes de borracha ou plástico, bulbos, incandescentes, entre outras ou em desacordo com as especificações técnicas. Também ficam fora de cobertura da garantia os danos associados à flutuação de tensão da energia elétrica ou descargas elétricas atmosféricas ou irregularidade no fornecimento hidráulico ou os aplicáveis ao funcionamento do produto ou por fatores externos atribuíveis e imputáveis ao titular da garantia ou um terceiro. Problemas causados por fatores externos e falta de manutenção, devidos à presença de água, líquidos, umidade, poeira, oxidação, maresias, choques, ruptura da carcaça, areia, insetos, roedores ou qualquer outro similar que afete o correto funcionamento e a idoneidade do produto.

5.8 - A garantia extinguir-se-á, independentemente de qualquer notificação ou aviso, se a **CONTRATANTE**, sem prévia anuência escrita da **CONTRATADA**, fizer ou mandar fazer por terceiros eventuais modificações, correções ou reparos nos produtos que vierem a apresentar defeitos ou serviços inadequadamente executados.

5.9 - As substituições, os reparos ou modificações decorrentes de defeitos não interrompem nem prorrogam o prazo da garantia por defeitos ou inadequada execução dos serviços.

5.10 - Os produtos que porventura necessitem de substituição ou reparo, nos termos descritos acima, deverão ser entregues diretamente pela **CONTRATANTE** na sede da **CONTRATADA**, salvo se acordado pelas PARTES por escrito de forma diversa.

5.11 - Salvo se previsto de forma diversa no preâmbulo do presente instrumento, o prazo de garantia dos equipamentos será de 12 (meses) contados da emissão da Nota Fiscal e para serviços 90 dias contados a data de execução do mesmo.

5.12 - Para que não haja perda de garantia das baterias, recomenda-se a ativação/energização das mesmas ou recarregadas em até 90 dias, pois, após este período, pode haver perda parcial e/ou total de sua capacidade.

5.13 - **Garantia de balcão**, Equipamentos até 10 kVA, caso seja necessário acionar a Garantia, o(s) equipamento(s) deve(m) ser encaminhado(s) para a Ápice. Potências superiores a 10 kVA, será prestado suporte via telefone inicialmente e caso não seja possível diagnosticar, será realizado visita técnica no cliente, ocorrendo despesas para deslocamento técnico.

Cotação de Venda

5.14 - Nos casos em que houver necessidade do equipamento passar manutenções preventivas conforme recomendações do fabricante, será contratado de forma avulsa, mediante aprovação prévia de orçamento pela **CONTRATANTE**, estando a **CONTRATADA** ciente de que somente técnico autorizado da **CONTRATADA** poderá realizar essa manutenção. E no cumprimento das indicações deste documento em geral.

CLÁUSULA VI - TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E RISCO

6.1 - A transferência de titularidade e de todo e qualquer risco de perdas e sinistro para a **CONTRATANTE** dar-se-á quando os serviços tiverem sido prestados ou quando os materiais ou equipamentos tiverem sido despachados ou colocados à disposição da **CONTRATANTE** de acordo com as condições de entrega estabelecidas pelas PARTES, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

6.2 - Independentemente de disposição contratual diversa, os produtos serão considerados tacitamente aceitos se a **CONTRATANTE**, em até 15 (quinze) dias após a conclusão das obrigações definidas no contrato, não aceitá-los ou recusá-los com justificativa por comunicação escrita e com aviso de recebimento à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VII - DA RESERVA DE DOMÍNIO NOS CASOS DE VENDA DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E PEÇAS

7.1 - Nos termos do artigo 111 da Lei 7.565/86 e artigo 521 do Código Civil, por força de pacto de reserva de domínio, aqui expressamente instituído e aceito pelas partes, fica reservado a **CONTRATADA** o direito de propriedade dos equipamentos descritos na cláusula 1ª, objeto do presente contrato, até o pagamento integral do valor discriminado na cláusula 2.2 supra.

Parágrafo Único - Fica reservado à **CONTRATADA** o exclusivo domínio dos referidos bens, até a liquidação total do valor faturado, sendo que na hipótese de inadimplência da **CONTRATANTE**, ficará a **CONTRATADA** autorizada a propor ação judicial de reintegração de posse/busca e apreensão e ou promover a competente ação de execução.

7.2 - Eventual alienação à terceiros ou remoção do equipamento do local instalado, deverá ser efetuada mediante prévio e expresso consentimento, por escrito, da **CONTRATADA**, sendo certo que, neste caso, a **CONTRATANTE** continuará responsável pelo cumprimento integral do presente contrato, especialmente no que diz respeito à Reserva de Domínio em favor da VENDEDORA

7.3 - A **CONTRATANTE** obrigar-se-á por zelar pela conservação dos equipamentos descritos na Cláusula 1ª do presente instrumento, providenciando todos os recursos necessários à manutenção dos mesmos, correndo todos os custos por sua conta, devendo cuidar também da aparência e do bom funcionamento dos mesmos, sendo-lhe impedido alterar a estrutura dos equipamentos, de modo que não desvirtue seu uso e altere suas características.

7.4 - A **CONTRATANTE** se compromete a, enquanto perdurar a reserva de domínio, usar os equipamentos exclusivamente para a função a qual os mesmos são designados.

7.5 - Caso os equipamentos descritos na cláusula 1ª do presente contrato pereçam por caso fortuito ou força maior, obrigar-se-á a **CONTRATANTE** a manter o pagamento descrito na cláusula 2ª.

CLÁUSULA VIII - DA INSTALAÇÃO, MONTAGEM, START-UP E COMISSIONAMENTO

8.1 - O agendamento da instalação, montagem, ativação (startup) e comissionamento deverá ser solicitado por escrito pela **CONTRATANTE** com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, para verificar a agendamento de acordo com disponibilidade da agenda técnica. Será enviado um documento pela **CONTRATADA** (prévia de ativação) para que a **CONTRATANTE** responda, garantindo que tudo estará preparado no dia da atividade, evitando assim retorno de visita e cobrança da atividade.

8.2 - A **CONTRATANTE** deverá agendar a instalação, montagem, ativação (startup) e comissionamento dos produtos para que sejam concluídos num prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data entrega dos produtos, sob pena de extinguir a obrigação da **CONTRATADA** de instalar, montar, ativar (startup) e comissionar tais produtos, independentemente de qualquer aviso e/ou notificação. Neste caso, a **CONTRATANTE** não será reembolsada ou indenizada em decorrência da extinção da obrigação da **CONTRATADA**.

8.3 - Caso a **CONTRATANTE** solicite a instalação, montagem, startup e/ou comissionamento desses produtos após o prazo descrito acima, a

Cotação de Venda

CONTRATADA apresentará a **CONTRATANTE** uma nova proposta comercial, totalmente desvinculada dos produtos, a qual será objeto de um novo negócio jurídico a ser pactuado pelas PARTES.

8.4 - A **CONTRATADA** recomenda que a instalação, montagem, ativação (startup) e o comissionamento sejam executadas por um técnico especializado ou autorizado da **CONTRATADA**.

8.5 - Caso comissionamento seja realizado por um profissional não capacitado e seja identificado problemas ou avarias causadas nos equipamentos por imprudência, imperícia, negligência, o equipamento perderá a garantia automaticamente.

8.6 - Equipamentos até 10 kVA (Sistema Plug and Play) terá o startup do no-breaks realizado por telefone, através do suporte da assistência técnica da ÁPICE.

CLÁUSULA IX - LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

9.1 - Em nenhuma hipótese, independentemente de qualquer disposição contratual, ainda que acordada antes ou após o aceite deste contrato, as PARTES serão responsáveis perante a sua contraparte por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes e danos consequenciais causados durante a execução deste contrato. O termo "danos consequenciais" não se limita a tais hipóteses, mas inclui os danos causados por interrupção da atividade empresarial ou negocial; perda de uso, receita, reputação e data (informação, documentos digitais ou físicos etc.); prejuízos decorrentes de perda de capital, interrupção de energia, obrigações trabalhistas durante tal interrupção (horas ociosas, perda de produtividade), multas ou danos causados pelo atraso na entrega dos negócios pactuados pela outra PARTE, entre outros.

9.2 - As PARTES concordam que, em hipótese alguma, o valor máximo de indenização que a **CONTRATADA** pode estar sujeita, em caso de eventual responsabilidade por danos diretos, quer decorrentes de responsabilidade contratual ou extracontratual, será superior a 100% (cem por cento) do preço dos produtos que tenham dado origem à indenização. No caso de prestação de serviços, a responsabilidade não será superior a 100% (cem por cento) do seu preço total (serviços avulsos) ou anual, quando se tratar de prestações sucessivas (manutenções preventivas e corretivas).

9.3 - Em hipótese alguma, a **CONTRATADA** será responsável por quaisquer perdas e danos causados por ações e omissões de terceiros. A obrigação de indenizar a parte contrária, conforme os limites definidos neste contrato, apenas será realizada após a comprovação de culpa, desde que cumprido o devido processo legal.

9.4 - Em hipótese alguma, as PARTES estarão sujeitas a responsabilidade num valor superior aos limites definidos neste contrato, inclusive para o acionamento de seguro de responsabilidade civil (ou qualquer outra modalidade acordada entre as PARTES), o qual também estará sujeito aos limites aqui previstos.

9.5 - As PARTES concordam que o valor da limitação de responsabilidade está baseado na alocação de riscos pelas PARTES e na avaliação da possibilidade econômica realizada por elas para celebrar este instrumento. As PARTES reconhecem, ainda, que esta disposição é um elemento essencial deste contrato e que jamais teriam celebrado este acordo sem tal limitação.

CLÁUSULA X - PROPRIEDADE INTELECTUAL

10.1 - A **CONTRATANTE** neste ato reconhece que quaisquer direitos presentes e/ou futuros relacionados a produtos/serviços de propriedade da **CONTRATADA**, como: (i) patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, bem como as respectivas melhorias, adaptações e extensões; (ii) segredos de indústria; (iii) direitos autorais, assim como todos os direitos destes decorrentes; (iv) direitos da personalidade, assim como todos os direitos destes decorrentes; (v) marcas, nomes de comércio, slogans, expressões de propaganda, trade dress, bem como (vi) Informações Confidenciais, passíveis ou não de registro; (vii) informações técnicas; (viii) know-how; (ix) software, dentre outros direitos de propriedade intelectual, bem como todo e qualquer documento e suporte de mídia que contenha tais direitos ("Propriedade Intelectual") desenvolvido pela **CONTRATADA** em virtude da execução deste Contrato é de titularidade da **CONTRATADA**, garantindo e assegurando que está apta a conceder os direitos de propriedade intelectual estipulados no presente contrato, bem como responsabilizar-se pelo zelo, proteção e pagamento de eventuais direitos de terceiros.

10.2 - A **CONTRATANTE** reconhece que todos os direitos de Propriedade Intelectual são de propriedade exclusiva da **CONTRATADA** e de suas

Cotação de Venda

Afiliações.

CLÁUSULA XI - DA CONFIDENCIALIDADE

11.1 - A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, por si, por seus prepostos e empregados, obrigam-se reciprocamente a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços solicitados e executados, documentos e todas as informações verbais ou escritas, registradas e particulares, segredos de negócios ou qualquer outra informação que tiver acesso, durante a vigência do presente contrato.

11.2 - Após o encerramento deste contrato, independentemente do motivo, toda informação revelada em forma escrita ou tangível deverá ser prontamente devolvida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

11.3 - Em caso de descumprimento desta cláusula, a **CONTRATANTE** deverá indenizar a **CONTRATADA** por todos os prejuízos causados, na quantia correspondente à total reparação dos danos causados.

11.4 - As obrigações de confidencialidade subsistirão pelo período de 05 (cinco) anos a partir do encerramento do presente instrumento.

CLÁUSULA XII - POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO E CONDUTA ÉTICA

12.1 - As PARTES concordam que executarão as obrigações de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, às leis que proíbem o suborno, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro ("as Leis Anticorrupção").

12.2 - As PARTES concordam que seus administradores, empregados, agentes, contratados e/ou prepostos, representantes e consultores: a) estão familiarizados e agem de acordo com o disposto nas Leis Anticorrupção (local e internacional); b) não autorizaram, fizeram, autorizarão ou farão qualquer pagamento ou entrega de presentes ou qualquer coisa de valor, oferta ou promessa de pagamentos ou presentes de qualquer tipo, direta ou indiretamente, para qualquer funcionário público ou qualquer pessoa física para que sejam indevidamente influenciadas a proporcionar qualquer vantagem indevida.

12.3 - Caso não sejam cumpridas as práticas de anticorrupção descritas acima, ficará caracterizado o inadimplemento contratual, facultando à PARTE INOCENTE o direito de rescindir imediatamente qualquer acordo celebrado entre as PARTES, realizar auditoria nos documentos envolvidos na contratação, bem como exigir reparação pelas perdas e danos decorrentes.

12.4 - As PARTES se comprometem ainda a:

a) não permitir a prática de trabalho escravo, análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como a implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços e/ou parceiros, a fim de que esses também se comprometam, no mesmo sentido, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações expressas no compromisso pelo combate à escravidão promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

b) não empregar menores de dezoito anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

c) não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores e parceiros;

d) proteger e preservar o meio ambiente, bem como buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores e parceiros.

CLÁUSULA XIII - DISPOSIÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO

13.1 - Em virtude da Resolução do Senado Federal n. 13/2012, vigente desde 01/10/2013, as operações interestaduais com produtos importados ou que contenham conteúdo de importação superior a 40% são tributadas pelo ICMS à alíquota de 4%. O cálculo do conteúdo de importação, que

Cotação de Venda

é realizado no momento do faturamento, poderá indicar uma variação da alíquota do ICMS inicialmente prevista em nossa proposta comercial. Essa variação não alterará o valor líquido do produto, mas impactará diretamente o valor bruto. Diante disso, em caso de variações na alíquota do ICMS, a **CONTRATADA** comunicará prontamente a **CONTRATANTE** a fim de que promova as correções no seu pedido no prazo de dois dias contados da comunicação realizada por e-mail.

13.2 - Caso o produto esteja sujeito às regras da substituição tributária do ICMS, a **CONTRATADA**, quando na condição de contribuinte substituta, realizará, no momento do faturamento, o cálculo do ICMS devido por substituição tributária e adicionará o valor do imposto devido no total da nota fiscal, em conformidade com a legislação vigente à época do faturamento. Caso neste momento seja constatada qualquer divergência no valor do ICMS devido por substituição tributária em razão de variações na margem de valor agregado ou alíquotas do ICMS incidentes sobre a operação, comunicaremos prontamente a **CONTRATANTE** a fim de que promova as correções no seu pedido no prazo de dois dias contados da comunicação realizada por e-mail.

13.3 - Não estão presentes nas características da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva os requisitos necessários para o enquadramento ao conceito de cessão de mão-de-obra previsto no art. 31 da Lei n. 8121/91, combinado com o regulamento da Previdência Social, Decreto 3048/99, tais como orientação, determinação e coordenação das atividades da **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, sendo, portanto, inaplicável a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal a título de contribuição destinada à Seguridade Social.

CLÁUSULA XIV - POLÍTICA DE RMA

14.1 - Objetivo dessa Política Estabelecer as regras que visam agilizar os processos com relação a garantia dos produtos.

14.2 - Antes de enviar um produto Certifique-se de que seu pessoal técnico tenha feito contato com nosso Suporte Técnico pelo telefone, (19) 3754-5000, informando a ocorrência de defeito, visto que boa parte destas ocorrências são solucionadas por telefone ou e-mail at@apice.com.br, poupando tempo e custos.

14.3 - Como solicitar Autorização de RMA Preencha o formulário Solicitação de RMA, envie para at@apice.com.br, e aguarde nossa resposta, que ocorre dentro de 07 dias úteis. Após a aprovação do processo, você receberá um número de Autorização de Remessa de Mercadoria (RMA), que será válido por 15 dias corridos a partir da data de aprovação. Caso a mercadoria não seja recebida neste prazo, o processo será suspenso e deverá ser reiniciado para que você receba uma nova autorização. Em todos os casos é muito importante que o número de RMA seja impresso no campo de observações da Nota Fiscal e na embalagem utilizada para transporte, para que nosso pessoal de logística possa rastrear e conferir. Embale adequadamente o produto de forma a protegê-lo durante o manuseio e transporte. Sempre que possível o produto será devolvido na mesma embalagem. Após o recebimento da mercadoria para conserto ou troca, o prazo médio para avaliação é de 10 dias úteis, podendo variar em função da complexidade em identificar o defeito relatado.

14.4 - Exclusões da Garantia A perda da garantia do produto pode ocorrer nas seguintes condições:

14.4.1 - Apresentar indícios de danos físicos causados intencionalmente ou por acidente;

14.4.2 - For utilizado de maneira inadequada, em desacordo com seu propósito inicial, ou de maneiras que extrapolem suas limitações e especificações descritas no manual de instruções, no guia rápido, na documentação técnica recebida com o produto ou ainda citações escritas na embalagem;

14.4.3 - For consertado, aberto ou adulterado por técnicos não autorizados pelo fabricante;

14.4.4 - For submetido ou ligado em fonte de energia diferente da especificada pelo fabricante ou sofrer avaria por eventual variação de energia não suportada pelo equipamento;

14.4.5 - For exposto à agentes da natureza ou acidentes ocasionados por estes.

14.5 - Regras para transporte O envio dos produtos para a Ápice Sistemas de Energia, na modalidade de RMA, serão por conta do remetente, assim como o transporte de retorno dos processos de RMA.

14.6 - Informações adicionais Junto com a autorização de RMA você receberá informações para a emissão da Nota Fiscal de envio para conserto ou devolução. Inclua nosso at@apice.com.br em sua lista de remetentes confiáveis para que as mensagens não sejam bloqueadas pelo sistema de

Cotação de Venda

SPAM.

CLÁUSULA XV - CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - As condições comerciais acordadas neste contrato serão totalmente revisadas quando a **CONTRATANTE** solicitar quaisquer modificações dos produtos, sendo relacionadas a quantidade, características, prazos e condições de entrega, bem como qualquer outra solicitação que provoque uma alteração do prazo de entrega e preço.

15.2 - As **PARTES** estão cientes de que toda e qualquer alteração nos termos do presente contrato deverá ser formalizada através do competente aditivo contratual.

15.3 - Caso uma das cláusulas deste contrato seja considerada inválida, ilegal ou ineficaz, a validade, legalidade e eficácia das demais cláusulas não serão afetadas, devendo permanecer em vigor.

15.4 - Caso uma das partes abstenha-se de exercer qualquer direito previsto neste contrato, tal ato caracterizará mera tolerância e não implicará em novação ou renúncia ao direito, podendo exercê-lo a qualquer momento.

15.5 - O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, vinculando as **PARTES** e seus sucessores, bem como seus herdeiros e cessionários devidamente autorizados.

Parágrafo Segundo - É vedado as partes o direito de cederem ou transferirem os direitos e ações que lhe cabem no presente contrato.

CLÁUSULA XVI - DO FORO

16.1 - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Campinas situada no Estado de São Paulo.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

CAMPINAS, ____ de _____ de 2023.

APICE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA

CNPJ: 54.397.203/0001-92

DADOS DA CONTRATANTE

CNPJ:

Testemunhas:

TESTEMUNHA 01

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA 02

Nome:

CPF:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ANEXO II



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
 Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos

EDITAL

HABILITAÇÃO: Para habilitação neste pregão serão verificadas:
Regularidade FISCAL e TRABALHISTA (Ver item "Habilitação")
Qualificação Técnica (Ver item "Habilitação")

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2022 (Processo Administrativo nº 23088.025719/2022-50)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI – Campus Itajubá/MG

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Campus Itajubá/MG, por meio da Diretoria de Compras e Contratos - DCC, sediada na Avenida BPS, 1303, Bairro Pinheirinho, localizada no 3º andar do Prédio da Administração Central, Itajubá/MG, CEP: 37.500-903, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 26/10/2022

Horário: 11:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Sistema de Ar Condicionado de Precisão para Data Center, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.3 A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:
 UASG: 153030
 Fonte: 8100000000
 Programa de Trabalho: 169416
 Elemento de Despesa: 44.90.52.12



3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2. Para itens cujo valor esteja no limite daquele previsto para a concessão de tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, a participação será exclusiva para essas empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. **Não poderão participar desta licitação os interessados:**
- 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



- 4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.3.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, caso o objeto seja fornecimento de bens de informática.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os



documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, observada a especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido



contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os



valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a *negociação* em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.30.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.



8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a *proposta classificada em primeiro lugar* quanto à *adequação ao objeto e à compatibilidade do preço* em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e preço, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. **Será desclassificada** a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Termo de Referência ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.6. Na hipótese de necessidade de *suspensão da sessão pública* para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro *poderá* convocar o licitante para enviar documento digital **complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. Entende-se por **documentos complementares** àqueles que não poderão ser os já exigidos neste instrumento convocatório. Em outras palavras, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos. Permite-se, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados, seja em relação à proposta ou habilitação.

8.7.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos ou folhetos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para entregar **amostra**, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência.

8.7.4.1. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições



indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da *proposta classificada em primeiro lugar*, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU

9.1.2. A consulta ao CNJ será realizada também quanto aos sócios majoritários, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências



Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. **Atendidas as condições de participação, a habilitação será verificada por meio da seguinte documentação:**

Documentos para habilitação:	
HABILITAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO
Regularidade FISCAL e TRABALHISTA (SICAF – Habilitação Parcial)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fazenda Federal; ➤ Estadual (se for isento, apresentar documento de isenção emitido pela Fazenda Estadual); ➤ INSS; ➤ FGTS; ➤ Justiça do Trabalho (CNDT).
Qualificação técnica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atestado de Capacidade Técnica conforme Cláusula 1.4 do Termo de Referência.
ATENÇÃO: 1. Os documentos que estiverem <i>irregulares, pendentes, não inclusos, vencidos ou inexistentes no SICAF deverão ser regularizados (no SICAF) ou encaminhados concomitantemente com a proposta e exclusivamente por meio do sistema, sob pena de inabilitação;</i> 2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição em sua regularidade, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006; 3. Todos os documentos devem se apresentar devidamente regulares e vigentes, observado o tratamento diferenciado dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006).	

9.2.1. A licitante que desejar realizar sua HABILITAÇÃO PARCIAL mediante o SICAF, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

9.2.3. **O descumprimento do subitem acima implicará a *inabilitação do licitante*, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.**

9.2.4. A documentação referente a cada nível de cadastramento no SICAF encontra-se prevista no Manual do Sicafe e disponível no Portal de Compras do Governo Federal, podendo ser acessado através do link:

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/publicacoes2/manuais>

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação *complementares*, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será



convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Além dos documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista (ver tabela acima), também deverão constar no SICAF, devidamente atualizados, *ou serem encaminhados concomitantemente com a proposta, via sistema, nos termos deste edital, os documentos relacionados nos itens a seguir:*

9.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.8.1. Não será exigida.

9.9. **Qualificação Técnica:** Atestado de qualificação conforme Cláusula 1.4 do Termo de Referência.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como *microempresa ou empresa de pequeno porte*, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste



Edital.

9.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.16. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.16.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.17. A não apresentação de documentos ou caso seja verificado que os mesmos encontram-se vencidos, implicará na inabilitação do licitante, exceto, no caso das certidões, se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, realizada pelo Pregoeiro, lograr êxito em encontrar documentação válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que



serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência desta garantia para a presente contratação.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. Se previsto no Termo de Referência, será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será emitida a Nota de Empenho.

15.1.1 a referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.1.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.1.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.2. **A Nota de Empenho poderá ser retirada no link <http://www.portaltransparencia.gov.br/>**

15.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das



penalidades previstas no edital e anexos.

15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, efetivar a contratação nos moldes previstos neste Edital.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não manter a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação

20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade



administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@unifei.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Av. BPS, 1303, CEP: 37500-903, Bairro Pinheirinho, Itajubá/MG, Campus Prof. José Rodrigues Seabra, Diretoria de Compras e Contratos – DCC, 3º andar do Prédio da Administração Central.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.11.1. ANEXO I - Termo de Referência, Mapa de Riscos e Instrumento de Medição de Resultados.

Itajubá, 13 de outubro de 2022. Sergio Miranda da Silva - Pregoeiro



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

TERMO DE REFERÊNCIA**DTI - DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****(Processo Administrativo nº 23088.025719/2022-50)****1. DO OBJETO****1.1 Aquisição de Sistema de Ar Condicionado de Precisão para Data Center**

ITEM	Elemento	Subelemento	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR unitário MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR total MÁXIMO ACEITÁVEL	Decreto 7174/10
1	4.4.90.52	12	Ar Condicionado de Precisão para Data Center	465025	Conjunto	01	R\$ 578.870,00	R\$ 578.870,00	Não

1.2 O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum;

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima;

1.4 Qualificação Técnica: A licitante deverá apresentar atestado(s) de qualificação emitidos por instituições públicas ou privadas que tenham fornecido solução de refrigeração similar (para climatização de Data Center / Centro de Dados / Sala de Servidores) compatível com as características, quantidades e prazos de entrega com o objeto desta licitação;

1.4.1 O(s) atestado(s) deve(m) conter ou acompanhar as informações suficientes para possibilitar a diligência técnica a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, a saber: detalhamento do objeto fornecido, marca, quantidade, data do fornecimento, dados do contratante, bem como a correta identificação e contatos de quem emitiu o(s) certificado(s). Informações inconsistentes, inconclusivas ou que impossibilitem a adequada leitura e interpretação do atestado resultará na sua inutilidade para cumprimento da exigência de qualificação técnica;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) 2019-2023 define e analisa em detalhes as necessidades corporativas da UNIFEI. Apresenta, entre suas metas, na página 14, o item 9.3 - Perspectiva de Pessoas e Recursos, subitem 9.3.1 - Priorizar a manutenção e o aprimoramento da infraestrutura de TIC institucional, cuja Ação F orienta a adequação do Data Center para prover as demandas institucionais.

Ainda em sua página 19, está registrado o item 13 – Plano de gestão de risco, subitem 13.3.5 -Indisponibilidade dos Serviços Institucionais, classificando-o como grau de risco alto e, portanto, orientando como tratamento a atualização e manutenção contínua no serviço de virtualização e armazenamento do Data Center.

O fato inequívoco é que problemas refrigeração (refrigeração inadequada) no ambiente do Data Center pode acarretar falhas nas operações dos equipamentos lá armazenados e em execução. A amplitude e gravidade destas falhas ou quantos equipamentos ou serviços serão afetados, depende de qual a oscilação ocorreu na temperatura do local, bem como o tempo em que os equipamentos operaram com a temperatura inadequada.

Para fins ilustrativos, trazemos em tela um fato ocorrido no ano de 2020 em que houve paralisação das operações do Data Center por falhas elétricas nos circuitos de Grupo Gerador na data de 25/09/2020. A falha desligou os sistemas de forma abrupta causando avarias em um dos Sistemas de Armazenamento de Dados Institucional, tornando os dados inacessíveis até a contratação emergencial da fabricante DELL para tentativas de recuperação do equipamento. O caso está registrado no processo de nº 23088.026117/2020-58 e custou à UNIFEI além de recursos financeiros emergenciais, a paralisação de sistemas como:

- Sistema de telefonia da Universidade;
- Sistemas de ensino à distância;
- Repositórios de teses e dissertações da Biblioteca;
- Sistemas de acesso ao Periódico Capes;
- Sistemas para autenticação e EDUROAM para rede Wifi institucional e demais sistemas institucionais;
- Sites de terceiros hospedados na UNIFEI;
- Sistemas de abertura e gerenciamento de chamados técnicos da Universidade e sistemas utilizados pelas equipes de desenvolvimento de TIC da Universidade para manutenção de todos os sistemas da UNIFEI;
- Site da transparência;
- Sistemas legados da administração;
- Serviços de Webconferência do CEDUC;
- Sistemas vinculados a projetos de pesquisas;
- Servidores de banco de dados;
- Serviços de gerenciamento de licenças como Office, Antivírus, AutoCad;
- Site de normas institucionais;
- Federação CAFÉ – RNP cuja plataforma é utilizada para acesso ao Periódico Capes;
- Banco de dados do sistema de Ponto Eletrônico e Controle de Acesso;
- Servidor de arquivo institucional;
- Sistema para acesso aos servidores de monitoramento por câmera IP;
- Servidores de DHCP e-mail utilizado nos sistemas institucionais;

Tão essencial quanto a estabilidade do sistema elétrico de um DataCenter, é o seu sistema de Climatização. Como os equipamentos existentes geram muito calor, a inadequada temperatura pode causar travamentos, desligamentos e até mesmo a queima dos equipamentos, tendo como consequência os riscos citados no presente documento. Além disso, o restabelecimento dos serviços impactados pode ser demorado e onerosos por implicar na necessidade de substituição de componentes, peças e até mesmo equipamentos inteiros danificados por superaquecimento.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

Por fim, a demanda da troca do sistema de refrigeração do datacenter também se encontra registrada no Plano Anual de Contratações, PGC, 2019/2023.

Considerando o exposto e levando-se em conta a necessidade Institucional para atualização tecnológica, continuidade e provimento em alta disponibilidade de serviços requer-se a troca do sistema de refrigeração do Data Center.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 3.1.** A descrição da solução de Ar-Condicionado de precisão para Data Center, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange o fornecimento do equipamento, incluso a sua instalação, garantia e o suporte técnico emergencial para o período de pelo menos 1 (um) ano conforme descrito abaixo:

Ar Condicionado de Precisão para Data Center

1 - Descrição geral da solução a ser fornecida

1.1 - A solução de climatização a ser fornecida tem o objetivo de atender as demandas do Data Center da UNIFEI, ambiente de alta criticidade, considerando os sistemas executados neste local e sua importância para as atividades finalísticas da Universidade Federal de Itajubá;

1.2 - A solução de climatização a ser instalada deverá utilizar, onde possível, as premissas para Tier II do Uptime Institute e Tier 2 da norma TIA-942; Os equipamentos devem possuir certificado CE, REACH & RoHS.

1.3 - A alimentação elétrica do Data Center será realizada a partir de um quadro elétrico existente no local;

1.4 - A solução de climatização a ser fornecida deverá ser de precisão e, portanto, não serão aceitas soluções com equipamentos de climatização de conforto, não específicas para áreas de criticidade como a demandada;

2 - Premissas iniciais a serem consideradas para o fornecimento da solução em tela

2.1 - O Data Center da UNIFEI está localizado no primeiro andar do Prédio da Administração Central, Campus prof. José Rodrigues Seabra, na cidade de Itajubá, MG;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

2.2 - A instalação dos equipamentos será realizada no Data Center e toda a mobilização vertical e horizontal necessária será de responsabilidade da contratada;

2.3 – A Contratada deverá atentar-se para os seguintes parâmetros e condições do local de instalação:

2.3.1 - Localização:

- Cidade: Itajubá - MG
- Latitude: 22,41° Sul
- Longitude: 45,45° Oeste
- Altitude: 844 m

2.3.2 - Condições externas no verão:

- Temperatura de bulbo seco: 31,8 °C
- Umidade relativa: 55%

2.3.3 - Condições externas no inverno:

- Temperatura de bulbo seco: 8,5 °C
- Umidade relativa: 50%

2.3.4 - Condições internas para a o ambiente de produção

- Temperatura de bulbo seco: 20,0 ± 1,0 °C
- Umidade relativa: 50 ± 5%

2.3.5 - Ocupação do local

- Entre 02 e 04 pessoas, em fluxo não contínuo.

2.3.6 - Taxas de renovação de ar:

- Vazão de renovação: 120 m3/h (ABNT-NBR-16401).

2.4 - Os dados informados no tópico anterior (2.3) são para referência da Contratada e poderão ser validados e checados pelas licitantes interessadas antes do envio de propostas;

2.5 – O conjunto de equipamentos a serem fornecidos para a solução deverão utilizar fluidos refrigerantes não ofensivos ao meio ambiente (R410a);

2.6 – Deverão ser instalados, no mínimo, 02 (dois) equipamentos de precisão com capacidade mínima de 35 Kw cada equipamento, interligados tecnologicamente para oferecer os resultados desejados conforme descrito neste Termo de Referência;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

2.7 – Os equipamentos instalados trabalharão em regime de revezamento automático, através de automatização incorporada na solução, ininterruptamente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana (24x7), atendendo, plenamente, as características de carga térmica com a configuração de 01 (um) equipamento efetivo e 1 (um) em stand-by;

2.8 – A solução deverá ter a capacidade de analisar a carga térmica do ambiente e utilizar a melhor composição entre os seus compressores, visando antever a carga necessária com o menor consumo energético possível;

2.9 – A solução instalada deverá possuir dreno para escoamento de água de condensação com conexões hidráulicas feitas com tubos de PVC que interligue todos os equipamentos instalados de forma geral;

2.10 – A distribuição do ar no ambiente do Data Center deverá ser do tipo expansão direta sem plenum. A insuflação do ar no ambiente deverá ser feita através do corredor frio, não sendo admitido insuflamento pelo piso elevado;

2.11 – Não serão admitidos equipamentos do tipo downflow ou upflow, sendo, portanto, um insuflamento horizontal diretamente nos racks de telecom existentes no Data Center;

2.12 – As unidades evaporadoras deverão ser interligadas às unidades condensadoras através de tubos de cobre devidamente isolados termicamente com espuma elastomérica e deverão ser revestidas de alumínio liso tanto internamente como externamente;

3 - Especificação técnicas dos Equipamentos

3.1 Especificação técnica da unidade de Ar condicionado de Precisão (ACP)

O condicionador de ar deve ser condicionador de ar de precisão em linha refrigerado a ar, o escopo inclui fornecimento, instalação e comissionamento. Os dados técnicos mínimos aceitáveis estão especificados na tabela 1:

Tabela 1 : Dados técnicos

Especificação	Máx. saída (somente para condições de emergência)
Tipo de Ventilador	EC fan
Capacidade total de refrigeração	$\geq 35\text{kW}$
Capacidade de refrigeração sensível	$\geq 35\text{kW}$
Razão de calor sensível (SHR)	1
Fluxo de ar	$\geq 6000\text{ m}^3/\text{h}$



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

Capacidade do umidificador (opcional)	$\geq 1.5 \text{ kg/h}$
Capacidade de aquecimento (opcional)	$\geq 4 \text{ kW}$
Dimensão Largura*Profundidade*Altura	$\leq 300*1200*2000$

Observação: A capacidade de resfriamento é testada nas seguintes condições: temperatura do bulbo seco do ar de retorno 37°C, umidade relativa 20% e temperatura externa 35°C;

3.2 Desempenho mecânico da unidade ACP

Aparência: A superfície da unidade deve ser pintada uniformemente e não danificada. Luzes de sinalização, interruptor e painel de exibição devem ser dispostos de forma razoável.

A operação e a manutenção devem ser seguras e convenientes.

Estrutura: Os componentes devem ser organizados de forma razoável e ordenada, os cabos devem ser instalados suavemente com codificação adequada de cores e tamanhos. Os pares de conexão devem ser firmemente presos. Os cabos de entrada e saída devem estar de acordo com as necessidades do projeto e devem ter qualificação sísmica.

A rotulagem e a sinalização devem ser claras e coladas sem problemas.

3.3 Desempenho elétrico da unidade ACP

O ar condicionado de precisão deve estar em conformidade com as normas IEC

Tolerância de tensão permitida pela fonte de alimentação: 380~415V +-10%

Tolerância de frequência: 50/60Hz +- 3Hz

3.4 Ambientes de Operações da unidade ACP

Temperatura ambiente operacional: -20°C ~ +45°C

Umidade do ambiente operacional: $\leq 95\% \text{ RH}$

3.5 Desempenho de temperatura e umidade da unidade ACP



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

O ACP deve ser capaz de se ajustar às condições internas de temperatura e umidade de acordo com os requisitos. O ACP deve ter a função de resfriamento, aquecimento, umidificação e desumidificação.

Faixa de ajuste de temperatura: +18°C~ +45°C

Precisão do controle de temperatura: $\pm 1^\circ\text{C}$, taxa de mudança de temperatura $< 5^\circ\text{C}/\text{hora}$

Faixa de ajuste de umidade: 20% ~ 80%RH, precisão de controle de umidade: 5%RH

O sinal de alarme deve ser fornecido quando a temperatura e a umidade estiverem fora da faixa.

3.6 Desempenho da unidade ACP

A unidade interna ACP deve ser configurada com compressor de frequência variável, evaporador, ventiladores EC, controlador, válvula de expansão elétrica, visor, filtro secador, umidificador (opcional) e aquecedor elétrico (opcional).

A unidade ACP deve ser equipada com compressor de alta eficiência e 20%~100% de regulação contínua. Para economizar energia, a capacidade de refrigeração deve ser ajustada de acordo com a carga térmica. O cárter do compressor deve ser equipado com aquecedor elétrico para melhorar a confiabilidade do compressor.

A unidade pode fornecer desumidificação estável e rápida em condições mínimas de 20% de carga e até 95% de umidade relativa, para evitar o risco de condensação em equipamentos de TI em condições extremas.

A válvula de expansão eletrônica possui seu próprio módulo de potência e driver, que fechará a válvula normalmente em caso de desligamento repentino para evitar que o refrigerante líquido retorne ao compressor e garantir a confiabilidade do sistema.

A unidade ACP deve usar refrigerante R410A ecologicamente correto.

A unidade ACP deve ser equipada com aquecedor elétrico PTC, usado para aquecimento em condições de baixa temperatura para melhorar a confiabilidade.

O evaporador ACP deve ser equipado com tubo de cobre e evaporador de aleta de alumínio para melhor drenagem da água de condensação.

A unidade ACP deve ser configurada com 1 sensor de temperatura embutido e 1 sensor de temperatura e umidade embutido para medir a temperatura com mais precisão e aumentar a confiabilidade do sistema.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

A unidade ACP deve ser configurada com dispositivo de proteção contra surtos para aumentar a segurança e confiabilidade. Não é necessária uma capacidade inferior a 6kV.

A unidade interna ACP deve usar ventiladores EC de velocidade variável de economia de energia de alta eficiência para reduzir o consumo de energia do ventilador.

A unidade interna deve adotar módulo de alimentação deslizante e controlador, para simplificar o trabalho de manutenção.

O ACP deve usar um umidificador de economia de energia para que o consumo máximo de energia de umidificação seja inferior a 50W, com o relatório de teste de terceiros para comprovar isso.

O compressor e o filtro seco devem utilizar uma conexão rosqueada para que não haja trabalhos de solda durante a manutenção. A conexão rosqueada pode reduzir a dificuldade de manutenção e encurtar a resolução de problemas.

3.7 Sistema de controle da unidade ACP

Cada unidade ACP deve ser equipada com um controlador microprocessado avançado e deve suportar a função de controle de grupo.

A unidade ACP deve ser configurada com tela de toque de cor real LCD de 7 polegadas para fornecer uma boa interface de usuário. O controlador deve suportar comutação de interface tocando apenas uma tecla. O controlador deve suportar para exibir max. curvas de cores de temperatura e umidade de 30 dias, e também deve ser capaz de exibir graficamente o status de operação dos componentes da unidade.

A unidade ACP deve ter a função de toque de uma tecla para exibição e coleta de mensagens defeituosas em um disco USB. A unidade ACP deve ter a função de alarme de falha e função de registro de logs operacionais. O histórico de mensagens de alarmes registrado não deve ser inferior a 1500. Os logs operacionais não devem ser inferiores a 1000.

Cada ACP deve ter seu próprio controlador microprocessado avançado desenvolvido internamente. Controladores comprados feitos por terceiros não são aceitos.

A unidade deve ter funções de detecção de energia (como fase reversa, perda de fase, sobretensão, subtensão, alta frequência e baixa frequência), bem como funções de diagnóstico de falhas, gravação de alarmes, proteção automática, recuperação automática e reinício automático. Se a unidade usar uma fonte de alimentação dupla, as fontes de alimentação primária e de backup devem ter detecção separada.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

O ACP deve ter funções de controle de encadeamento e agrupamento. Pode suportar Pelo menos 32 ACPs podem ser controlados e gerenciados em equipe. Cada controlador CA pode servir como controlador principal e implementar as seguintes funções de controle:

- Comutação automática para a unidade de backup: Quando uma unidade do grupo estiver com defeito, a unidade de backup entrará automaticamente em operação, melhorando a confiabilidade do sistema de ar condicionado.
- Polling: Mudança programada para a unidade de backup para equilibrar o tempo de operação de cada unidade e melhorar a vida útil da unidade.
- Em cascata: O número de condicionadores de ar que funcionam em uma unidade é controlado automaticamente com base na carga de calor na sala de equipamentos. Desta forma, há uma resposta rápida aos requisitos, os pontos quentes são eliminados e a economia de energia é alcançada.
- Prevenção de funcionamento competitivo: Impede que vários condicionadores de ar na mesma sala de equipamentos funcionem no estado oposto (refrigeração/aquecimento ou umidificação/desumidificação), a fim de obter economia de energia.

3.8 Unidade de ACP Monitorando o desempenho

A unidade ACP deve ter a função de monitoramento local e remoto.

A unidade ACP deve ter interface de comunicação RS485 e FE para inspeção remota e configuração de parâmetros.

3.9 Unidade de condensação externa ACP

A estrutura da unidade externa ACP deve ser feita de chapa de aço galvanizado a quente com pintura superficial fosfatada e revestimento em pó, e deve apresentar boas características de rigidez e resistência à corrosão, de modo a se adaptar a condições ambientais adversas.

Para evitar a incrustação da bobina, a bobina do trocador de calor da unidade externa ACP deve ser feita de aletas corrugadas em vez de aletas com fenda.

A unidade externa ACP deve usar driver de frequência variável, capacidade variando de 10% a 100%.

A unidade de condensação ACP deve ser pressurizada quando entregue. A extremidade do tubo deve ser devidamente vedada.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

3.10 Instalação e manutenção da unidade ACP

A unidade ACP deve ser instalada na fileira. O fluxo de ar é horizontal. A largura da unidade é de 300 mm, a profundidade da unidade deve ser de 1200 mm e a altura da unidade deve ser de 2000 mm, para combinar a profundidade e a altura com os gabinetes de TI.

A unidade ACP deve ser acessível pelos lados frontal e traseiro da unidade e pode ser mantida a uma distância de 600 mm das portas dianteiras ou traseiras para facilitar a manutenção.

O sistema deve ter um MTBF não inferior a 100.000h e um MTTR não superior a 3h, é obrigatório fornecer relatório de projeto do fornecedor relevante.

3.11 – Toda a tubulação deverá ser dimensionada de acordo com as normas ASHAE, ou outra de similar característica, de modo a garantir a aplicação de velocidades corretas em cada trecho, bem como a execução de um trajeto adequado;

3.12 – O isolamento térmico a ser utilizado deverá ser de espuma elastomérica flexível de estrutura celular estanque, não propagadora de chamas, auto extingüível B1, classe M, e com capacidade de impedir gotejamentos e de fabricação do tipo Armacell, modelo de referência AF/Armaflex (ou de similar ou superior qualidade), com espessura mínima de parede de 19mm;

3.13 - O arremate das juntas do material isolante será feito com aplicação de cola adesiva tipo Armaflex ou de similar qualidade e deverão, ainda, nos trechos externos, receber rechapeamento em alumínio corrugado;

3.14 - As tubulações de dreno de PVC deverão ser interligadas ao ponto de dreno conforme indicado no pré-projeto (Anexo a este Termo de Referência) e deverão ser em tubos de aço galvanizado, com caimento mínimo de 2,0%;

3.15 - As tubulações de dreno de PVC que passarem por sobre forro ou dentro de paredes, deverão ser isoladas com material resistente a condensação do tipo espuma elastomérica com espessura mínima de parede 9 mm;

4 - Características das soldas:

4.1 - Toda tubulação deverá ser limpa e isenta de contaminantes;

4.2 - Deverá ser realizada a soldagem em tubulações e conexões circulando nitrogênio em seu interior com o objetivo de reduzir a formação de oxidação e fuligem nas paredes internas da tubulação;

4.3 - Não deverá ser utilizado solda em excesso, evitando penetração pelas juntas;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

4.4 - Deverá ser utilizado solda do tipo Prata ou Foscofer dependendo dos materiais a serem soldados, conforme segue:

4.4.1 - Ferro e Cobre: Solda Prata;

4.4.2 - Cobre e Cobre: Solda Foscofer;

4.5 – Os compressores e os filtros secadores devem ser abertos somente na hora da instalação, evitando a entrada de sujeira e, principalmente, umidade;

5 – Serviços técnicos a serem contemplados no escopo de fornecimento:

- Materiais e acessórios para fixação da unidade condensadora nos respectivos suportes, tais como: buchas, porcas, arruelas, parafusos, fitas adesiva e de PVC;
- Material de isolamento térmico tipo Elastomérico;
- Tubo de cobre para rede de dreno próximo as unidades evaporadoras;
- Complemento da carga de gás adequada à capacidade e ao modelo do equipamento, quando necessário;
- Testes técnicos finais de funcionamento e refrigeração do condicionador de ar e instrução de utilização;
- Instalação da tubulação frigorígena entre evaporadoras e condensadoras com tubo de cobre dimensionado conforme requisitos do equipamento;
- Interligação elétrica entre condensador e evaporador com cabo do tipo PP 4X2,5mm;
- Tubulação em PVC para passagem do cabo PP;
- Isolante elastomerico #19mm para os tubos de cobre;
- Fita PVC para proteção dos tubos;
- Terminais elétricos para interligação dos cabos nos conectores;
- Válvula GBC Danfos (esfera) para Contenção de Fluidos Refrigerante nas linhas de liquido e gás.
- Calha para proteção da tubulação externa;
- fornecimento e carga de Fluido Refrigerante Dupont;
- Nitrogênio para teste de vazamentos;
- Vácuo no sistema;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

- As-built e ART para projeto e execução da instalação;
- Instalações Mecânicas ACP1/ACP2 (vertical / horizontal) das paredes externa das condensadoras até o datacenter;
- Serviços Montagem do Sistema de Climatização, Configuração, Startup e Comissionamento;

5 - Instalações Elétricas

5.1 - Os pontos de energia / adequações elétricas no quadro existente e o transformador 380/220V serão fornecidos no local pela UNIFEI, conforme indicativos no pré-projeto (Anexo a este Termo de Referência);

5.2 - Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de todo o material e serviços necessários para as instalações elétricas a partir do ponto de energia fornecido pela UNIFEI;

5.3 – Deverão ser fornecidos as fiações elétricas, elementos de partida e proteção de motores, equipamentos elétricos, eletrodutos, fiações para controle e intertravamento e disjuntores dos equipamentos, bem como demais componentes necessários a perfeita instalação do sistema de climatização;

5.4 - Todos os componentes elétricos fornecidos deverão ser compatíveis para uma variação de voltagem de 10% acima ou abaixo da nominal;

5.5 - As conexões elétricas dos condicionadores de ar (unidades condensadoras e evaporadoras), sistema de reaquecimento e sistema de umidificação, aos seus respectivos pontos de força protegidos, serão aparentes, executadas em eletrodutos galvanizados, conforme norma NBR 5410 da ABNT, sendo fixados na estrutura do prédio através de braçadeiras em alumínio.

5.6 - Deverá ser utilizado eletroduto flexível (do tipo *seal tube*) no fechamento do eletroduto galvanizado com os equipamentos do sistema de condicionamento de ar;

5.7 - Os cabos de força e comando serão unipolares, em condutor de cobre, com encapsamento termoplástico, antichama classe de isolamento 750 V, temperatura de operação de 60 °C em cabos singelos;

5.8 - Deverão ser utilizadas cores diferentes para a identificação de circuitos e sistemas. A capacidade dos cabos deverá ser a indicada na última edição da norma ABNT pertinente, e com bitola compatível com as características demandadas pela solução instalada.

5.9 - Os cabos não deverão possuir emendas e as pontas dos fios e cabos deverão conter terminais de pressão e anilhas de identificação;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

6 - Garantia

5.1 - Todos os equipamentos e componentes fornecidos com a solução, bem como o serviço de instalação, deverão possuir, no mínimo, garantia de 1 ano, que atenderá, ainda, as seguintes características:

5.2 – Do tipo *OnSite*, ou seja, no local onde estiverem instalados os equipamentos. Em hipótese alguma será de responsabilidade da UNIFEI os custos por envio de equipamentos e seus acessórios para manutenção externa;

5.3 - Em caso de ocorrências de Incidentes¹, considerando a criticidade deles, os seguintes prazos de solução e atendimento deverão estar disponíveis durante a vigência da garantia:

5.3.1 - Ocorrência de Prioridade Alta (Ex. Sistema de Climatização Completamente Indisponível, falha que comprometa o funcionamento do DataCenter ou coloque em risco os equipamentos e sistemas existentes no local): Prazo para Atendimento Inicial de, no máximo, em 1 hora e Conclusão em, no máximo, 4 horas;

5.3.2 - Ocorrência de Prioridade Média (Ex. Sistema de Climatização apresentando degradação de performance, Equipamento Redundante com Falhas de Funcionamento, Vazamentos de Água): Prazo para Atendimento Inicial de, no máximo, 6 horas e Conclusão em, no máximo, 12 horas;

5.3.3 - Ocorrência de Prioridade Baixa (demais incidentes que não apresente risco eminente de paralisação do funcionamento do Sistema de Climatização): Prazo para Atendimento Inicial de, no máximo, 8 horas e conclusão em, no máximo, 40 horas;

5.4 - Para fins de esclarecimento quanto a categorização dos chamados de suporte: ¹ A Biblioteca ITIL (Information Technology Infrastructure Library) reúne as boas práticas quanto aos serviços de TI, incluindo a manutenção, infraestrutura e operação destes serviços. A Biblioteca define estas ocorrências da seguinte forma:

5.4.1 - Incidente: Trata-se de uma interrupção não planejada do serviço ou uma redução da qualidade dele ou, ainda, falha que comprometa a segurança da informação. Esta ocorrência, que resulta na interrupção ou falha do serviço, será informada pela CONTRATANTE. O incidente se apresenta como uma ocorrência que indica que o serviço não apresenta um comportamento normal, causando queda na sua qualidade e, até mesmo, sua interrupção;

5.5 - Durante a vigência da Garantia, a CONTRATADA, deverá apresentar uma solução de contorno caso a solução definitiva para o problema não seja possível dentro do prazo acordado;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

5.6 - O não atendimento da Garantia conforme o escopo deste Termo de Referência poderá implicar na abertura de processo administrativo e na aplicação das penalidades previstas neste documento.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é de uso comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. VISTORIA TÉCNICA

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da sua proposta, a licitante poderá, opcionalmente, realizar vistoria no local onde será realizado a instalação do equipamento, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 11:30 h e das 13:30 às 16:30 h;

5.2. Durante a visita o licitante conhecerá o local de instalação do conjunto de equipamentos de climatização, as condições elétricas atuais, as estratégias necessárias para instalação do equipamento.

5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública;

5.4. Para a vistoria, a licitante, ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria;

5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas, ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da instalação, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços de instalações decorrentes;

5.6. A visita para a realização da vistoria poderá ser agendada através do endereço de correio eletrônico compras.ti@unifei.edu.br.

6. ENTREGA, INSTALAÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

- 6.1. O prazo de entrega e instalação do objeto desta licitação é de 150 dias corridos;
- 6.2. Este prazo será contado a partir do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho que será enviada eletronicamente (Correio Eletrônico);
- 6.3. Tanto a entrega do equipamento, bem como sua instalação, deverá ser previamente agendada, sendo necessária a apresentação de um cronograma por parte da contratada, antes da efetiva entrega e da instalação;
- 6.4. A entrega dos equipamentos e seus componentes poderá ser feita de segunda às sextas-feiras, exceto feriados, das 08:30 às 11:00 hs e de 13:00 às 16:00hs e deverá ser feita em localidade próxima da instalação, a saber:
- 6.4.1. Diretoria de Tecnologia da Informação, 1º Andar, Prédio da Administração Central, Campus professor José Rodrigues Seabra (Campus Itajubá), sito à Avenida BPS, 1.303, bairro Pinheirinho.
- 6.4.2. O local é servido por elevadores de uso comum, sendo um deles utilizado para serviço;
- 6.4.3. Amplas escadas também favorecem o acesso ao local;
- 6.4.4. A Universidade não será responsável, em hipótese alguma, por qualquer mobilização horizontal ou vertical dos equipamentos a serem fornecidos e instalados;
- 6.5. Para agendamento da entrega e dos serviços de instalação, a contratada deverá informar à UNIFEI com pelo menos 10 dias corridos de antecedência da data prevista para realização tanto da entrega quanto da instalação;
- 6.6. Após iniciado o serviço de instalação do Sistema de Climatização, a contratada deverá concluir estes serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- 6.7. Os atuais equipamentos de refrigeração utilizados pela UNIFEI no Data Center serão removidos pela própria Universidade após o acionamento dos equipamentos constantes neste Termo de Referência;
- 6.7.1. Todo o cronograma de entrega e instalação deverá ser aprovado e supervisionado pela UNIFEI.
- 6.8. Após a instalação e entrega dos equipamentos, o fornecedor ministrará um treinamento operacional para, no mínimo, 3 (três) servidores da Universidade Federal de Itajubá e eximirá todas as dúvidas sobre o conjunto fornecido e instalado;
- 6.8.1. O treinamento deverá ocorrer nas próprias instalações da Universidade Federal de Itajubá;
- 6.9. Todos os encargos aplicáveis aos processos de entrega, de descarga do material, bem como dos serviços de instalação previstos correrão por conta da contratada;
- 6.10. Após a instalação do Sistema de Climatização, o bem será recebido provisoriamente no prazo de até 05 dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.11. O bem poderá ser rejeitado em todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser readequado ou até mesmo substituído no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

- 6.12. O bem será recebido definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e a aprovação dos serviços instalação e, conseqüentemente, a aceitação;
- 6.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 6.14. **A licitante contratada deverá considerar, ainda, os encargos decorrentes de necessidade de serviços de reparos na alvenaria, arremates e pintura caso danifique a estrutura predial da Universidade durante os serviços de instalação;**

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.5.1.

pagamento somente será efetivado após o recebimento definitivo do objeto.

- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. Efetuar a entrega e instalação do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca e o fabricante*;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

8.1.1.1.

prazo de garantia da solução de climatização constante neste Termo de Referência é de, no mínimo, 01 ano, e deverá estar em conformidade com o minudenciado neste documento;

8.1.1.2.

período de garantia será computado a partir da data de recebimento definitivo do objeto;

8.1.1.3.

contratada deverá, ainda, realizar visita técnica trimestral para manutenção preventiva enquanto perdurar a garantia do equipamento fornecido;

8.1.1.4.

s manutenções corretivas em garantia deverão ocorrer sempre que houver qualquer anormalidade no equipamento que impeça sua operação ou funcionamento normal.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.1.7. Todo ferramental necessário para a execução dos serviços de instalação do equipamento é de responsabilidade e deverá ser providenciado pela licitante;

8.1.8. Deverá ainda fazer um projeto executivo completo que atenda a todos os requisitos do edital para execução do objeto do presente processo.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto ACPTuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo III da Instrução Normativa SLTI n.05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

- 15.1.2. [REDACTED] ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. [REDACTED] fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. [REDACTED] comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. [REDACTED] cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. [REDACTED] não manter a proposta.
- 15.2. [REDACTED] A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 15.2.1. [REDACTED] advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. [REDACTED] multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 15.2.3. [REDACTED] multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.2.3.1. [REDACTED] em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.4. [REDACTED] suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.5. [REDACTED] impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6. [REDACTED] declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. [REDACTED] Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.3.1. [REDACTED] tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.3.2. [REDACTED] tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.3.3. [REDACTED] demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista;

16.2. Qualificação Técnica: A licitante deverá apresentar atestado(s) de qualificação emitidos por instituições públicas ou privadas que tenham fornecido solução de refrigeração similar (para climatização de Data Center / Centro de Dados / Sala de Servidores) compatível com as características, quantidades e prazos de entrega com o objeto desta licitação, conforme já descrito no Subitem 1.4 deste Termo de Referência;

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS

17.1. O custo estimado da contratação é previsto no valor global máximo, conforme Item 1.1 (Do Objeto);

17.2. A estimativa de preço foi obtida através de pesquisa de preço, anexo aos autos do processo a que se refere esta contratação;

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas para atender ao objeto deste Termo de Referência serão arbitradas pela Diretoria de Planejamento e Orçamento (DPO), em dotação própria, a ser prevista no orçamento da União para o exercício de 2022.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

Equipe de Planejamento da Contratação

Renata Pena Soares
Analista de Tecnologia da
Informação

José Everaldo Campos
Analista de Tecnologia da
Informação

Pablo Marques de Oliveira
Coordenador de Telecomunicações

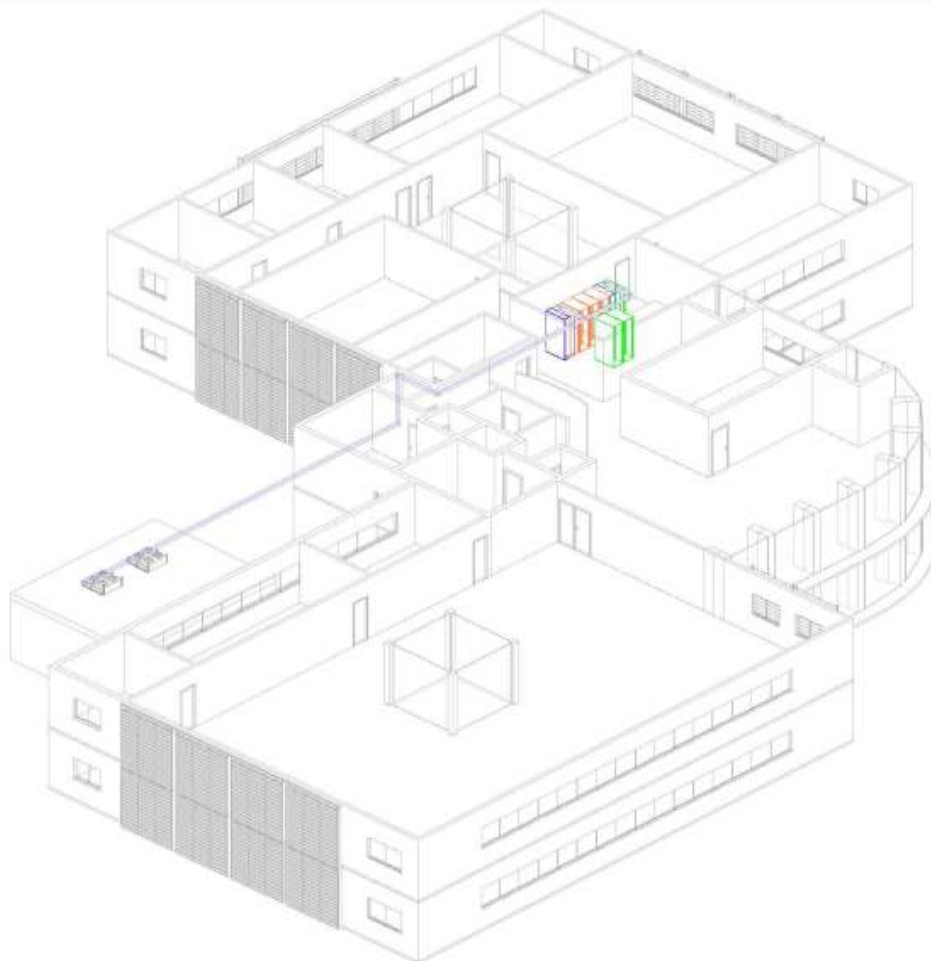
Aprovo este Termo de Referência

Adler Diniz de Souza
Área de Tecnologia da Informação
Diretor



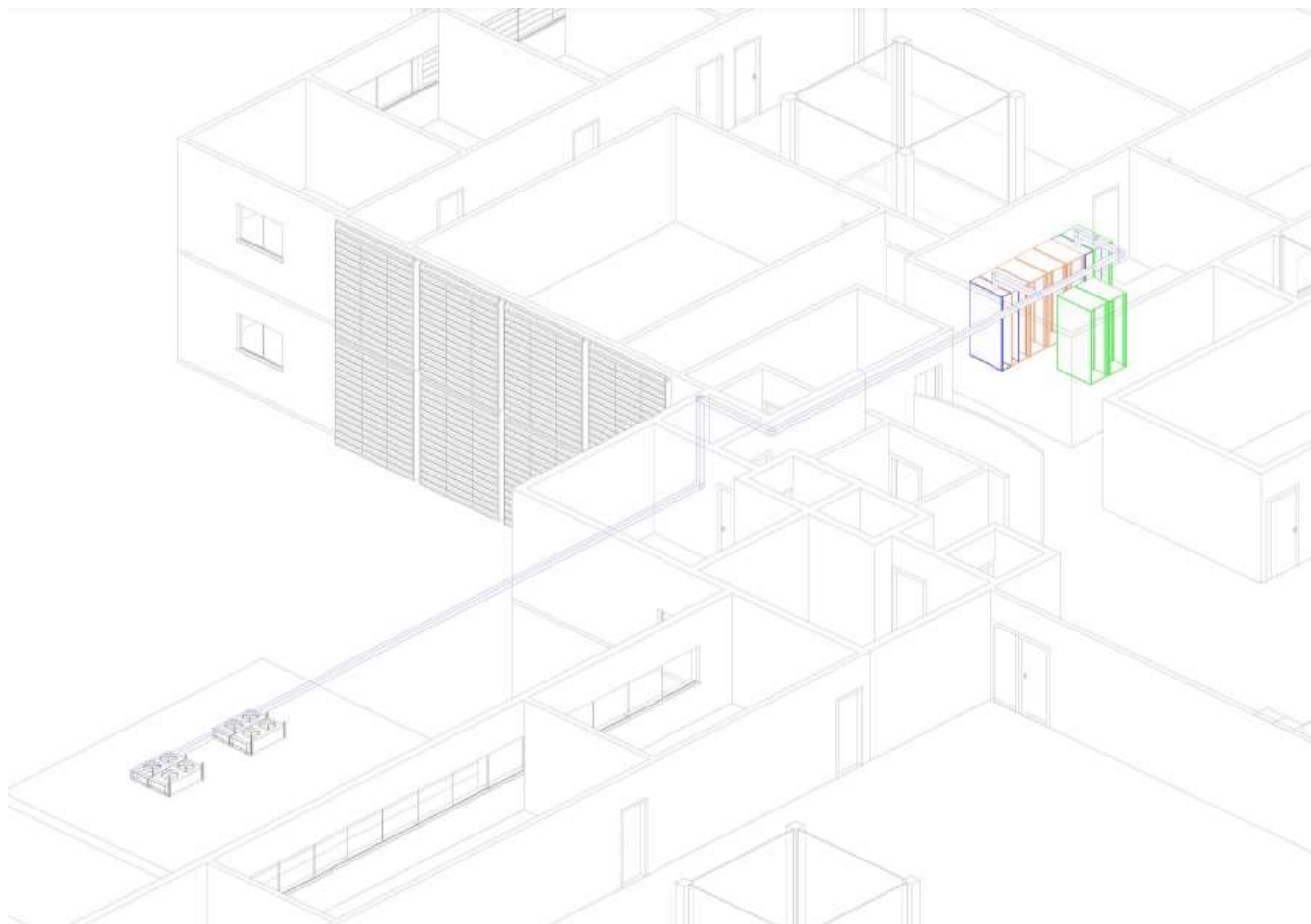
Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação

Anexo - Pré-projeto



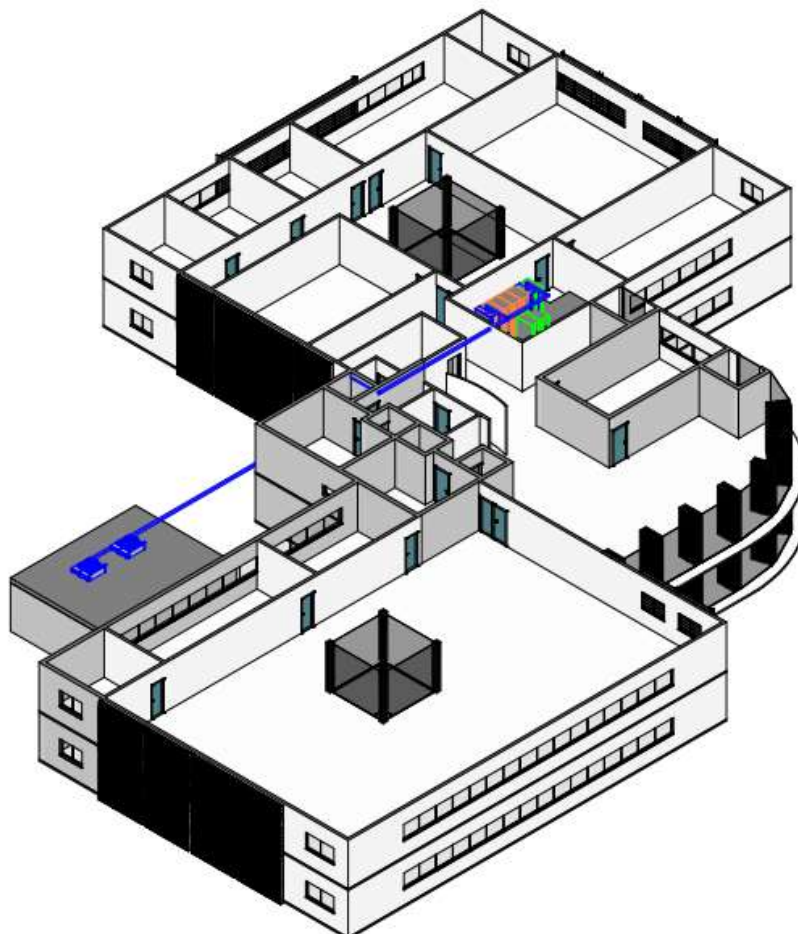


Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação



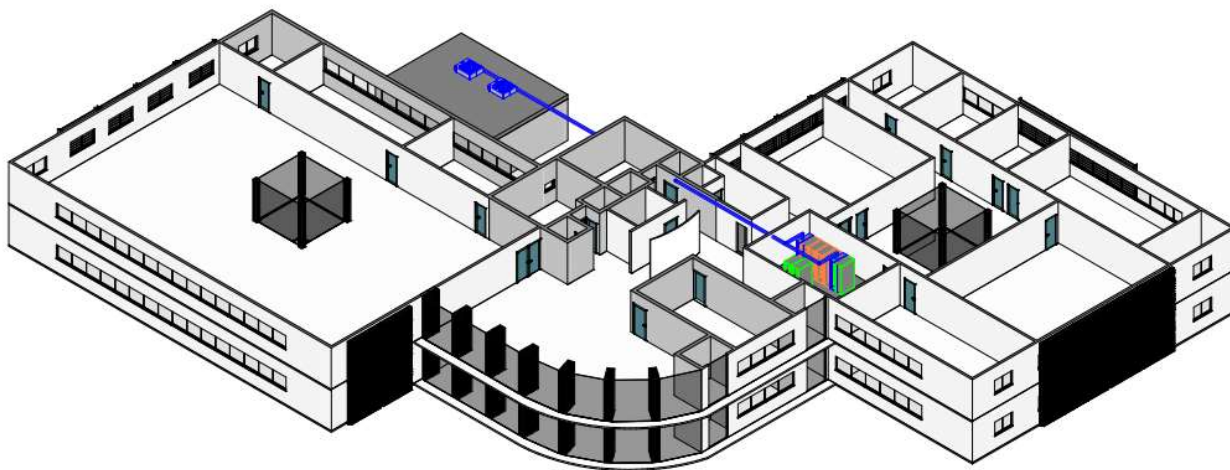


Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação



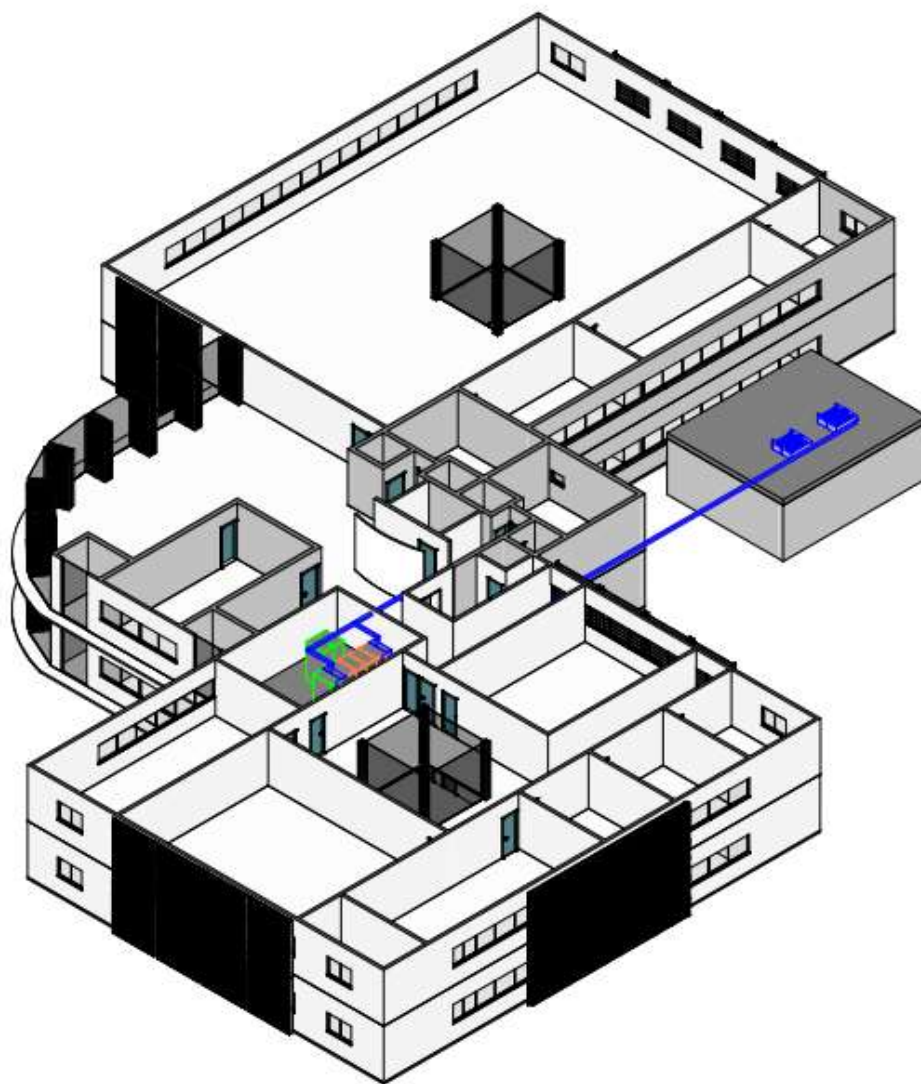


Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação



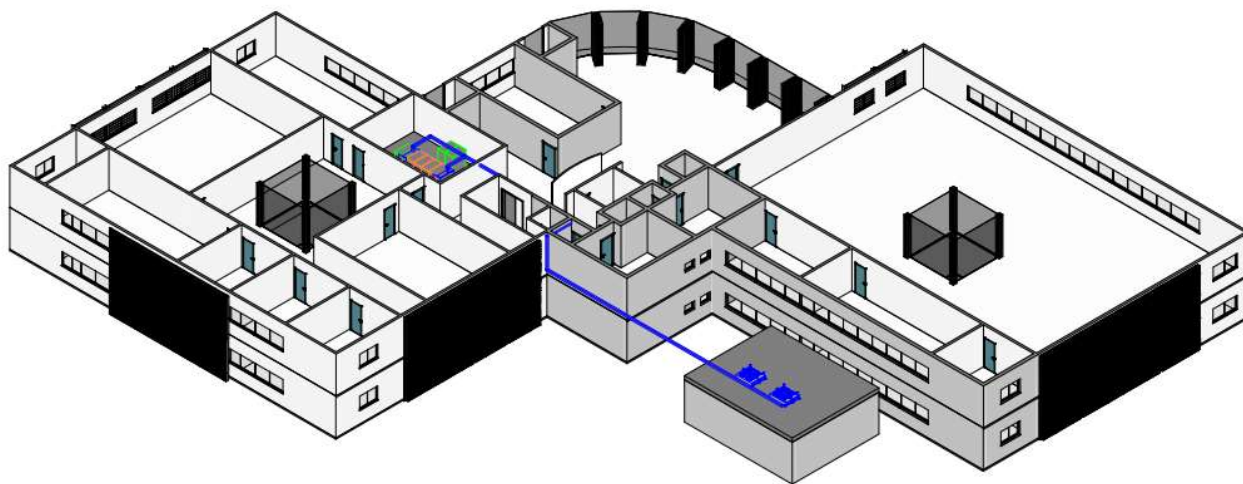


Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação



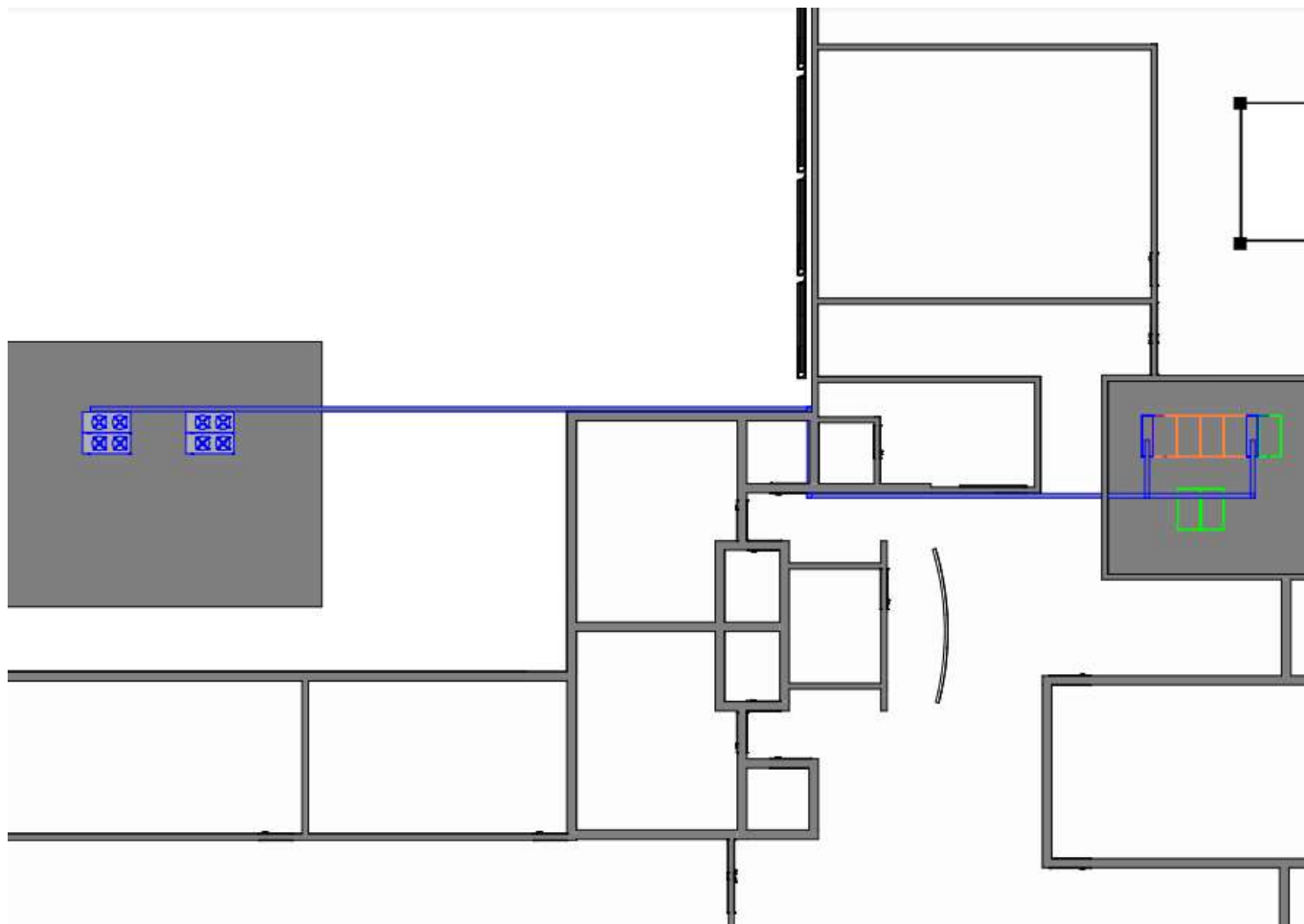


Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação





Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Tecnologia da Informação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 16/09/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 370/2022 - PLANTIC (11.50.09)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:22)

ADLER DINIZ DE SOUZA

DIRETOR - TITULAR

DTI (11.50)

Matrícula: 1765728

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:20)

JOSE EVERALDO CAMPOS

ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO

NUVEM (11.50.05)

Matrícula: 6980766

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:21)

NICOLAY ANDRE VIEIRA CARLOS

COORDENADOR - TITULAR

PLANTIC (11.50.09)

Matrícula: 1760292

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:20)

PABLO MARQUES DE OLIVEIRA

COORDENADOR - TITULAR

TELECOM (11.50.06)

Matrícula: 1452269

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:22)

RENATA PENA SOARES

AGENTE DE COMPRAS - TITULAR

PLANTIC (11.50.09)

Matrícula: 1685312

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifei.edu.br/documentos/> informando seu número: **370**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **19/09/2022** e o código de verificação: **3ce84de684**



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Lei 10.435, de 24 de abril de 2002.
Diretoria de Tecnologia da Informação

MAPA DE RISCOS**FASE DE ANÁLISE**

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

RISCO 01		
Falha no processo de contratação		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (x) Alta
Id	Dano	
1.	Contratação da Refrigeração do Data Center não ser efetivada	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhamento do processo.	DTI
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reabertura do processo para uma nova tentativa de contratação.	DTI e DCC

FASE DE EXECUÇÃO

(X) Gestão do Contrato

RISCO 01		
Inexecução do Contrato		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Id	Dano	
1.	Fornecedor não faz o projeto de Refrigeração do Data Center	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhamento da execução contratual .	DTI
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificação ao vencedor do processo	DTI e DCC



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Lei 10.435, de 24 de abril de 2002.
Diretoria de Tecnologia da Informação

Itajubá, 15 de Setembro de 2022

Equipe de Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 15/09/2022

GERENCIAMENTO DE RISCOS - MAPA DE RISCOS Nº 128/2022 - PLANTIC (11.50.09)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 12:21)

ADLER DINIZ DE SOUZA

DIRETOR - TITULAR

DTI (11.50)

Matrícula: 1765728

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 13:53)

JOSE EVERALDO CAMPOS

ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO

NUVEM (11.50.05)

Matrícula: 6980766

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:20)

PABLO MARQUES DE OLIVEIRA

COORDENADOR - TITULAR

TELECOM (11.50.06)

Matrícula: 1452269

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 12:27)

RENATA PENA SOARES

AGENTE DE COMPRAS - TITULAR

PLANTIC (11.50.09)

Matrícula: 1685312

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifei.edu.br/documentos/> informando seu número: **128**, ano: **2022**, tipo: **GERENCIAMENTO DE RISCOS - MAPA DE RISCOS**, data de emissão: **19/09/2022** e o código de verificação: **fc669f4d8b**



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
 Lei 10.435, de 24 de abril de 2002.
Diretoria de Tecnologia da Informação

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Contratação de Software para Gerenciamento da Estratégia Institucional	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): - DTI	
Responsável pela Demanda: - ADLER DINIZ DE SOUZA	
E-mail: direcao.dti@unifei.edu.br	Telefone: (35) 3629-1015

Indicador	
Atualização Do Sistema de Refrigeração do DATA CENTER	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar se o projeto licitado foi fielmente cumprido através de conferência na entrega do serviço.
Meta a cumprir	Projeto totalmente executado de acordo com o edital do processo nº: 23088.025719/2022-50.
Instrumento de medição	Recebimento provisório
Forma de acompanhamento	Os servidores da DTI irão acompanhar fisicamente o andamento do serviço.
Periodicidade	Não se aplica.
Mecanismo de Cálculo	Não se aplica.
Início de Vigência	Logo após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Não se aplica
Sanções	Conforme termo de referência

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Renata Pena Soares
 Analista de Tecnologia da Informação

José Everaldo Campos
 Analista de Tecnologia da Informação

Pablo Marques de Oliveira
 Coordenador de
 Telecomunicações

De acordo

ADLER DINIZ DE SOUZA
DIRETOR
 Área de Tecnologia da Informação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 15/09/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 7321/2022 - PLANTIC (11.50.09)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 12:21)

ADLER DINIZ DE SOUZA

DIRETOR - TITULAR

DTI (11.50)

Matrícula: 1765728

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 13:52)

JOSE EVERALDO CAMPOS

ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO

NUVEM (11.50.05)

Matrícula: 6980766

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 14:20)

PABLO MARQUES DE OLIVEIRA

COORDENADOR - TITULAR

TELECOM (11.50.06)

Matrícula: 1452269

(Assinado digitalmente em 19/09/2022 12:27)

RENATA PENA SOARES

AGENTE DE COMPRAS - TITULAR

PLANTIC (11.50.09)

Matrícula: 1685312

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifei.edu.br/documentos/> informando seu número: **7321**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **19/09/2022** e o código de verificação: **b90e7c4d69**



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ANEXO III



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Coordenadoria de Licitações e Contratos

PROCESSO N.º 450/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/23

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de climatização (cortinas de ar e ar condicionado), para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO FORMULADO POR EMPRESA INTERESSADA
EM PARTICIPAR DO CERTAME

Foi realizado pedido de esclarecimento por empresa interessada em participar do certame, nos seguintes termos:

“Prezados, bom dia!

Temos interesse em participar do referido pregão, em específico o GRUPO 01, porém, solicitamos a possibilidade de alteração no descritivo referente ao gás refrigerante dos equipamentos, onde se lê: “Gás R-410”, passe a ler “Gás R-410, R-32 ou outro semelhante e ecologicamente sustentável”, e/ou aceite de equipamentos que já estão sendo produzidos com outros tipos de gás refrigerante, conforme alegações abaixo:

- As indústrias de ar-condicionado estão gradualmente migrando para o fluído refrigerante R32 em seus novos lançamentos de condicionadores de ar. A mudança do fluído refrigerante R410A para o fluído refrigerante R32 é uma tendência do mercado, após o Brasil ratificar a sua entrada na Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal em 05/08/2022 (Decreto legislativo nº 95, DE 2022). O objetivo da Emenda de Kigali é reduzir o consumo das substâncias denominadas Hidrofluorcarbonos (HFCs), de modo escalonado, até 2045. Embora os HFCs não tenham potencial de destruição da camada de ozônio, sua utilização apresenta alto potencial de aquecimento global.

O gás R32 e o R410A são dois refrigerantes amplamente utilizados em sistemas de ar condicionado. Embora ambos sejam refrigerantes do tipo HFC (hidrofluorcarboneto) e sejam mais amigáveis ao meio ambiente em comparação com refrigerantes mais antigos, como o R22, eles têm algumas diferenças significativas.

Potencial de Aquecimento Global (GWP): O GWP é uma medida do potencial de um gás de contribuir para o aquecimento global em comparação com o dióxido de carbono (CO2), que tem um GWP de 1. O R410A possui um GWP relativamente alto, em torno de 2.088, enquanto o R32 possui um GWP mais baixo, cerca de 675. Isso significa que o R32 tem um impacto ambiental menor em termos de aquecimento global.

Eficiência Energética: O R32 é considerado um refrigerante mais eficiente em termos de desempenho energético. Ele apresenta uma melhor capacidade de refrigeração e eficiência energética em comparação com o R410A. Além disso, sistemas de ar condicionado que utilizam R32 podem alcançar um funcionamento mais estável e fornecer maior conforto térmico.

Quantidade de Carga de Refrigerante: Outra diferença entre o R32 e o R410A é a quantidade necessária de carga de refrigerante. O R32 requer uma quantidade menor de refrigerante em comparação com o R410A para atingir a mesma capacidade de refrigeração. Isso pode ser benéfico em termos de redução de custos, manuseio e impacto ambiental.

Segurança: Ambos os refrigerantes são considerados seguros quando manuseados corretamente. No entanto, o R32 é ligeiramente inflamável em concentrações muito altas, o que requer precauções adicionais durante a instalação e manutenção. É importante seguir as normas de segurança e as diretrizes do fabricante ao lidar com qualquer tipo de refrigerante.

Essa limitação injustificada deve, portanto, ser corrigida, a fim de garantir o cumprimento de todos os princípios que regem a licitação, em especial, a competitividade, a igualdade, a impessoalidade, a eficiência e o desenvolvimento nacional sustentável.

Peço por gentileza, acatar nossa solicitação.

Permanecemos à disposição para o que se fizer necessário.”

RESPOSTA DA COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA:

“Em relação ao pedido de alteração na especificação dos aparelhos SPLIT HI-WALL para serem fornecidos com Fluido Refrigerante R 410 OU R 32, contido no documento 33 dos autos do processo de eventual aquisição de aparelhos de climatização, assiste razão as alegações da empresa XXXXX. A possibilidade já prevista no modelos cassete e piso-teto será ampliada para os modelos split.

O ajuste se adequa, de fato, às mudanças na indústria desde que foi implementado o Protocolo de Montreal, no esforço do setor HVAC-R mundial afim de atingir o compromisso com a eficiência energética e com o meio ambiente. O novo regulamento europeu sobre gases fluorados, nomeadamente o n°517/2014 válido desde 1º/01/2015 tem o objetivo de reduzir os gases com efeito de estufa em 80 a 95% até 2050, em comparação com os números de 1990.

Informamos, portanto, que foi aberta a possibilidade dos aparelhos do Grupo 01 serem fornecidos com Fluido Refrigerante R 410 OU R 32.”

Em face do entendimento exposto pela COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA deste E.TRT5, foram promovidos os devidos ajustes no Termo de Referência e Edital. Será designada nova data do certame com devolução de prazo, nos termos do Art. 15 da IN 73/2022.

CIENTIFIQUE-SE A EMPRESA QUESTIONANTE E DIVULGUE-SE ESTE ESCLARECIMENTO pela Internet na página deste Tribunal, de modo a atingir o maior número possível de interessados.

Salvador, 10 de agosto de 2023

Ana Paula Dultra Vila Nova Cerqueira

Coordenadoria de Licitações e Contratos



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ANEXO IV



(/black-friday)

Vem aí, a MAIOR BLACK FRIDAY do segmento! Clique aqui e fique por dentro das novidades.

30
Dias

08
Horas

41
Minutos

20
Segundos



Quer agilidade?
Conheça o app Frigelar

Ver no app

(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.frigelar.pecas&hl=pt_BR&gl=US)

FRIGELAR (/)



procure por nome, marca, código...

Início (/home)

Vitrines (/vitrines/c)

Ar Condicionado Inverter (/ar-condicionado-inverter/c)

(/calculador
de-btus)



Nosso estoque desse produto está quase acabando, aproveite hoje!

Ar-Condicionado Split Inverter Teto 45000 BTUs Fujitsu Quente e Frio ABBH45KRTA 220V

☆☆☆☆☆ (Avalie agora!)

Modelo: ABBH45KRTA / AOBH45KBTB

Código: kit6006 (Ver descrição completa)

Entregue por **Frigelar**

R\$ 18.334,41

Por : **R\$ 18.324,41**

R\$ 16.491,97

à vista com 10% de desconto no PIX

ou **R\$ 18.324,41** em 8x de R\$ 2.290,55 sem juros

[Mais formas de pagamento](#)

Leve também

Instalação Ar Condicio...

R\$ 2.099,00

(/instalaca... [Ver produto](#))

1 / 1

COMPRAR

Calcule o valor do Frete e prazo de entrega



CEP: 13417-100

Normal

XV DE NOVEMBRO
CIDADE ALTA - PIRACICABA/SP

Em até 7 dias úteis após o
faturamento

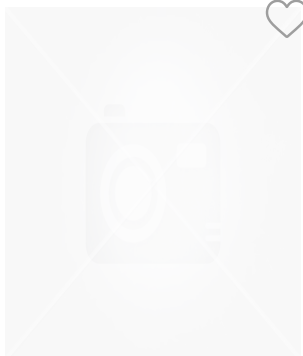
R\$
568,52

Instalação Ar Condicionado Split Piso
Teto 31000 a 80000 Btus Só Frio ou
Quente e Frio Agyx

DISPONÍVEL

Você está vendo

Compre junto



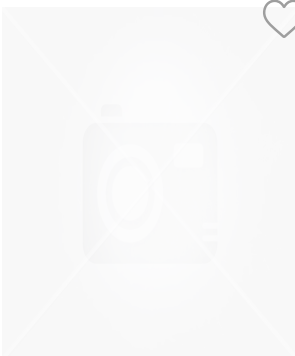
(/ar-condicionado-split-teto-inverter-fujitsu-45000-btus-quente-frio-abbh45krta-220v/p/kit6006)



Ar-Condicionado Split
Inverter Teto 45000 BTUs
Fujitsu Quente e Frio...

(/ar-condicionado-split-teto-inverter-fujitsu-45000-btus-quente-frio-abbh45krta-220v/p/kit6006)
Por: R\$ 18.324,41
R\$ 17.408,19
à vista com 10% de desconto
no PIX

Ou R\$ 18.324,41 em 8x de R\$
2.290,55 sem juros



(/instalacao-ar-condicionado-split-piso-e-teto-31000-a-80000-btus-so-frio-ou-quente-e-frio/p/fglinst07)

Instalação Ar
Condicionado Split Piso
Teto 31000 a 80000 Btus..

R\$ 2.219,00
Por: R\$ 2.099,00
R\$ 1.994,05
à vista com 10% de desconto
no PIX

Ou R\$ 2.099,00 em 8x de R\$
262,38 sem juros



Compre
2 produtos por

R\$ 20.423,41

R\$ 19.402,24

em até 3x com 5% de desconto

ou R\$ 20.423,41 em 8x de R\$
2.552,93 sem juros

Comprar junto



Descrição Completa

Página: 130

Ficha Técnica

O **split teto Fujitsu** tem diversas funcionalidades que garantem bom desempenho com economia para o seu ambiente ficar mais agradável. A tecnologia Inverter atinge a temperatura desejada rapidamente e a mantém estável, gera maior eficiência energética.

Características:

- Adoção do novo refrigerante R-32 (permite reduzir em até 75% o efeito de aquecimento global - GWP);
- Elevada economia de energia;
- Novo design leve e elegante (vencedor do prêmio Reddot 2020);
- Instalação simplificada;
- O código de erro pode ser verificado através do controle remoto, facilitando a manutenção.

Confira as vantagens desta Ar-Condicionado

Adoção do Novo Refrigerante R32 O refrigerante R32 é amigo do meio ambiente por possuir baixo impacto no aquecimento global em comparação a outros refrigerantes.	Elevada Economia de Energia Este novo modelo superou a nova classificação A no IDRS. Classe A : IDRS ≥ 5,50 (até 31/12/2025)	Novo Design Leve e Elegante A superfície leve, elegante e suavemente curvada dá uma sensação de conforto e bem-estar.
Instalação Simplificada A unidade interna pode ser facilmente instalada sob o teto graças ao kit de montagem exclusivo desenvolvido.		



Ficha Técnica

Quantidade de BTUs 45000

Ciclo Quente/Frio

Tecnologia Inverter

Garantia do Compressor 5 anos

Tipo de Gás R-32

Modelo ABBH45KRTA / AOBH45KBTB

Referência Evaporadora (int.) ABBH45KRTA

Referência Condensadora (ext.) AOBH45KBTB

Medida Evaporadora (int.) (LxAxP/cm) 170 x 23,5 x 70,5cm

Medida Condensadora (ext.) (LxAxP/cm) 94 x 99,8 x 32cm

Peso Líquido Evaporadora (int.) (Kg) 38kg

Peso Líquido Condensadora (ext.) (Kg) 67kg

Fabricante Fujitsu

Vazão de Ar (m³/h) Interno 2.100 m³/h - Externo 4.450 m³/h

Potência de Refrigeração 13,19 kW



Potência de Aquecimento 13,48 kW

Capacidade de Resfriamento (BTU/h) 45.000 BTU/h

Código Frigelar A183321 / A183328

Garantia 2 anos

Voltagem 220V

AVALIAÇÕES

Tem esse produto? Seja o primeiro a avaliá-lo!

Escrever avaliação

DÚVIDAS

Pergunte ou consulte a dúvida de outros clientes!

Faça uma pergunta ao lojista ou à outros compradores

Pergunte sobre o produto, como utilizá-lo ou peça alguma dica

Enviar dúvida



Confira também esses produtos



Ar-Condicionado Multi
Split Inverter 28000 BTUs
Samsung WindFree...

~~R\$ 18.528,24~~

Por: **R\$ 17.599,00**

R\$ 15.839,10

à vista com 10% de desconto no PIX

Ou **R\$ 17.599,00** em 8x de R\$ 2.199,88 sem juros

Ar-Condicionado Multi
Split Inverter 28000 BTUs
Samsung WindFree...

~~R\$ 19.822,35~~

Por: **R\$ 17.299,00**

R\$ 15.569,10

à vista com 10% de desconto no PIX

Ou **R\$ 17.299,00** em 8x de R\$ 2.162,38 sem juros

Ar-Condicionado Split
Inverter Cassete 18000
BTUs Fujitsu Quente e...

~~R\$ 13.270,75~~

Por: **R\$ 13.260,75**

R\$ 11.934,68

à vista com 10% de desconto no PIX

Ou **R\$ 13.260,75** em 8x de R\$ 1.657,59 sem juros

Ar-Condicionado Multi
Split Inverter 27000 BTUs
Fujitsu High Wall Quent...

~~R\$ 23.080,73~~

Por: **R\$ 20.772,65**

R\$ 18.695,39

à vista com 10% de desconto no PIX

Ou **R\$ 20.772,65** em 8x de R\$ 2.596,58 sem juros

Instalação Ar
Condicionado Split High
Wall 25000 a 36000 Btus..

~~R\$ 1.199,00~~

Por: **R\$ 1.099,00**

R\$ 989,10

à vista com 10% de desconto no PIX

Ou **R\$ 1.099,00** em 8x de R\$ 137,38 sem juros

(/ar-condicionado-
multi-split-inverter-

(/ar-condicionado-28000-btus-multi-

(/ar-condicionado-split-cassete-inverter-

(/ar-condicionado-
multi-split-fujitsu-

(/instalacao-ar-
condicionado-split-





EOS Termoisolantes
(<https://eos.com.br/suaempresa/termoisolantes/>)

Sistema VRF (/vrf)

Trabalhe Conosco
(<https://bit.ly/2MzxSEN>)

Prêmio Reclame Aqui (/campea-premio-reclame-aqui)

Orçamento Câmaras Frias
(/camaras-frias)

Código de Ética e Conduta
(<https://www.frigelar.com.br/file/geral/Codigo-de-Etica-e-Conduta-V2.pdf>)

Garantia (/garantia)
Perguntas frequentes
(/perguntas-frequentes)

Trocas e devoluções (/trocas-e-devolucoes)

Programa de Vantagens
Impulsiona (/instalador)

Serviços para ar condicionado
(/servico-de-instalacao-de-ar-condicionado)

Assistência Técnica EOS
(<https://eos.com.br/atendimento/#assistencia-tecnica>)

Manual de Câmaras Frias
(https://www.frigelar.com.br/file/general/Manual_EOS_v7.pdf)

Comprou pelo site?

Clique aqui

Cobrança

centraldecobranca@frigelar.com.br
(mailto:centraldecobranca@frigelar.com.br)

sac@frigelar.com.br
(mailto:sac@frigelar.com.br)

Segurança e Privacidade

Política de privacidade (/politica-de-privacidade)

privacidade@frigelar.com.br
(mailto:privacidade@frigelar.com.br)

Atendente Virtual

Nossas Lojas (/nossas-lojas)

Redes sociais



(<https://www.facebook.com/Frigelar/>)



(<https://www.instagram.com/Frigelar/>)



(<https://www.linkedin.com/company/frigelar/?viewAsMember=true>)



(<https://www.youtube.com/user/CanalFrigelar>)



(<https://blog.frigelar.com.br/>)



(<https://seupaschoal.blog.br/>)

Formas de Pagamento



(<http://www.ebit.com.br/73870>)



(https://www.reclameaqui.com.br/empresa/frigelar/?utm_source=referral&utm_medium=embbbed&utm_campaign=re)



(/campea-premio-reclame-aqui)



Frigelar Comércio e Indústria Ltda. - CNPJ 92.660.406/0001-19 - Av. Pernambuco, 2285, Navegantes. CEP 90240-005, Porto Alegre/RS;






SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ANEXO V



Finalizar Compra



Produto	Entrega	Preço	Quantidade	Total
 <div>Ar Condicionado Teto Inverter Fujitsu 45.000 BTU/h Quente/Frio 220v Gás R32 Fujitsu Produto fornecido e entregue por Poloar Ar Condicionado</div>	Em Até 13 Dias Úteis	R\$ 16.029,78 R\$ 15.631,82	4	R\$ 62.527,28

Entrega

RECEBER

RETIRAR

Receber 1 item em 13417-100

Em até 13 dias úteis

R\$ 49,90

Atenção: Prazo de entrega é contado a partir da emissão da Nota Fiscal.

Subtotal

R\$ 62.527,28

Entrega

R\$ 49,90

Total

R\$ 62.577,18

⚠ A utilização de cartão de terceiros será aceita apenas nos casos em que haja parentesco entre o comprador e o proprietário do cartão. Lembrando que todas as vendas estão sujeitas à análise e confirmação de dados. Caso não haja tal confirmação em até 48 horas seu pedido poderá ser cancelado e o valor estornado em 72 horas úteis.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ANEXO VI

Universidade
Estadual de
GoiásESTADO DE GOIÁS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG**DECLARAÇÃO DE DISPENSA Nº 03/2022**

A Comissão Permanente de Licitação da Universidade Estadual de Goiás, designada pela Portaria UEG n. 1.154, de 13 de janeiro de 2021 (SEI n. 000032153947), vem, por meio desta, expor os motivos de fato e de direito que fundamentam a declaração de dispensa de licitação para aquisição e instalação de dois aparelhos de ar condicionado, para atender à demanda emergencial da sala que abriga o servidor de rede (sala de equipamentos de TI) localizada na Administração Central desta Universidade, nos termos do que prevê o Art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Inaugura este procedimento o Ofício 5591 (SEI nº 000031885021), expedido pela Gerência de Tecnologia, por meio do qual expôs a urgência no atendimento da demanda, nos seguintes termos:

"Em decorrência de 02 (dois) períodos de indisponibilidade nos serviços de telecomunicação de dados, acesso à internet e sistemas corporativos à Comunidade Universitária, registrados nas datas de 18/04/2022 e 14/07/2022, decorrentes de avarias técnicas no Ar Condicionado (Tombo: 727075) que refrigera a sala de dados e telecom da Universidade, vimos solicitar:

Aquisição e instalação, em caráter emergencial, de 02 (dois) equipamentos Ar Condicionado, com capacidade de 48.000 Btus, para substituição do atualmente instalado, e o secundário para necessidades de manutenção e prevenção de sinistros e riscos.

Esses equipamentos, deverão atuar em caráter redundante, garantindo o funcionamento dos ativos de infraestrutura tecnológica hospedados no Data Center da Instituição, como: Modem de comunicação de dados, que interligam os Câmpus e Unidades Universitárias à Reitoria, e Servidores de dados e armazenamento, que hospedam aplicações e serviços acadêmicos, administrativos e financeiros.

A contratação visa minimizar os possíveis custos com reparos emergenciais e proporcionará segurança quanto ao funcionamento dos equipamentos de informática, com benefícios diretos ao bom funcionamento da Universidade"

Além da Justificativa inicial, por meio do Despacho 333/2022 - GET (SEI nº 000031908167), a Gerência de Tecnologia complementa a sua justificativa com as seguintes informações:

"Considerando que a sala de dados e Telecom é um ambiente projetado para abrigar servidores de rede e outros componentes como sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de rede (switches, roteadores e modem de telecomunicação), tendo este por objetivo principal garantir a disponibilidade de equipamentos que rodam sistemas cruciais para o desenvolvimento de trabalho em diversas áreas no âmbito da Universidade Estadual de Goiás, temos a relatar os últimos acontecimentos no dia hoje.

Constatamos às 16h00min do dia 14/07/2022, que os equipamentos instalados em nosso Data Center apresentaram um superaquecimento ocasionado pela falta do sistema de refrigeração, sendo necessário ser desligados.

Neste ambiente contamos com 02 (dois) equipamentos de ar-condicionado instalados, um de 48.000 btus e outro de 18.000 btus. O de 48.000 btus parou de funcionar totalmente e o de 18.000 btus não foi suficiente para evitar o superaquecimento dos equipamentos.

Em virtude desses acontecimentos, os serviços disponibilizados pelos sistemas em operação foram interrompidos, tais como:

- Toda a comunicação de dados e acesso à internet de todas as unidades, câmpus e Administração Central;
- Acesso aos arquivos salvos na rede para todas as unidades, câmpus e Administração Central;
- Os serviços de que dependem de sistemas web internos ou externos ficaram totalmente interrompidos;
- A comunicação através de serviços de e-mail não pôde ser realizada, impedindo o envio e recebimento de informações necessárias ao funcionamento de vários setores;
- Consultas aos diversos sistemas operacionais, tais como SIOFI, INTRA GOIÁS, SEI, Portal Acadêmicos e Administrativos entre outros;
- Requisições de Compras/Serviços/Necessidades, solicitados por qualquer das unidades, câmpus ou setores;
- Requisições para Pedidos de Empenho, entre outros

Portanto, considerando o recente histórico de problemas do ar-condicionado de 48.000 btus (conforme relatado no Ofício nº 5591/2022 – doc. SEI nº 000031885021) e que o ar-condicionado reserva de 18.000 btus não garante a refrigeração da sala de rede.

Considerando, também, que em caso de novo defeito, que inclusive pode acontecer fora do horário de expediente onde não seria possível realizar o desligamento do servidor em tempo hábil, o calor excessivo, pode DANIFICAR os equipamentos do DATA CENTER, que possuem um alto valor aquisitivo além de armazenar os dados de toda a Universidade.

Entende-se que tais fatos podem ser considerados primordiais para que a compra em formato emergencial se justifique, visto a necessidade de mantermos todos esses serviços funcionando de forma coerente."

Destarte, os autos foram encaminhados à Gerência de Apoio Logístico que procedeu à Pesquisa de Preços, inicialmente realizando o Chamamento Público (SEI nº 000031997364) para obtenção de proposta mais vantajosas. Após o

chamamento apenas uma empresa apresentou proposta, a **NOROESTE COMÉRCIO CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 05.958.184/0001-10, no valor total de R\$ 31.130,00** (trinta e um mil, cento e trinta reais), que foi escolhida por estar com valor dentro do estimado e apresentar documentação conforme exigências legais. Ressalta-se que a pesquisa foi complementada conforme preconizado pelo Decreto Estadual nº 9.900/2021 (SEI nº 000032047737, 000032051646 e 000032055383).

Também foram acostados os Documentos de Habilitação (SEI nº 000032057404), o Catálogo do equipamento (SEI nº 000032057419) e a Consulta ao sistema RH Gerencial UEG (SEI nº 000032073673)

Assim, os autos foram instruídos com a Requisição de Despesa 36/2022 (SEI n. 000032057435) contendo a descrição e o valor do serviço a ser contratado. Após, foi incluído o Termo de Referência (SEI n. 000032057424) com as especificações técnicas do equipamento e do serviço, bem como a justificativa da contratação.

Cabe ressaltar, ainda, que, conforme disposto no Termo de Referência, o ar condicionado de (tombo: 727075), possui nove anos de uso ininterrupto e o seu valor atual é de R\$ 2.504,52 (dois mil quinhentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos), conforme consta no Sistema Patrimonial (doc. SEI nº 000032002166). Diante disso, o aparelho só pode receber manutenções que não excedam R\$ 1.252,26 (limite de 50% previsto no Art. 11, item 11.2 da Instrução Normativa nº 003/2018-UEG) que, para uma máquina deste porte e com este tempo de funcionamento não se mostra viável.

Em cumprimento ao Art. 33, inciso II, da Lei Estadual n. 17.928/12, foi acostada a Autorização do Reitor para o prosseguimento do processo desta dispensa de licitação (Doc. SEI nº 000032153112).

Em cumprimento ao Art. 13, § 2º do Decreto n. 9.737, de 27 de outubro de 2020, foi acostado o Despacho nº 1844/2022 (SEI n. 000032099677) com a justificativa da conduta que excetua as restrições estabelecidas no referido Decreto para a realização da despesa.

Para fazer face às despesas, foram juntadas a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira 00604 (SEI nº 000032094083) e o Programa de Desembolso Financeiro - PDF 2022316200595 liberada (SEI nº 000032142837) - Dotação orçamentária 2022.31.62.12.364.4200.4243.03 e 2022.31.62.12.364.1038.3108.04, Natureza de despesa 3.3.90.30.33 e 4.4.90.52.22, Fonte de recurso 15000100, Modalidade 90.

Dessa forma, da análise do procedimento, verifica-se que o caso em tela se enquadra no Art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, uma vez caracterizada a urgência no atendimento da necessidade, visto que a situação pode ocasionar prejuízo ao bem público, comprometer a continuidade do serviço público e, ainda, a segurança de pessoas, conforme o dispositivo legal:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Ante o exposto, a **Comissão Permanente de Licitação da Universidade Estadual de Goiás**, instituída pela Portaria n. 1.154/2021 - UEG, **resolve, com base no Art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, declarar dispensável a licitação** para aquisição e instalação de dois aparelhos de ar condicionado, para atender à demanda emergencial da sala que abriga o servidor de rede (sala de equipamentos de TI) localizada na Administração Central desta Universidade, em favor da empresa **NOROESTE COMÉRCIO CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 05.958.184/0001-10, pelo valor total de R\$ 31.130,00.**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, aos 28 dias do mês de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **TONY VINICIUS LEMOS DE LIMA, Membro de Comissão**, em 28/07/2022, às 09:31, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA SCOTT POTRICH, Membro de Comissão**, em 28/07/2022, às 09:54, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR WALMOR DA SILVA LEIDENS, Presidente de Comissão**, em 28/07/2022, às 10:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000032182181** e o código CRC



A3FD966A.

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
RODOVIA BR 153 Qd. KM 99 - Bairro SÃO JOÃO - CEP 75132-903 - ANÁPOLIS - GO 0- Bloco 1, térreo, Bairro São João
(62) 3328-1121



Referência: Processo nº 202200020014092



SEI 000032182181



Assinaturas do documento



"Anexo I_Estudo Tecnico Preliminar"

Código para verificação: **91NRLGSH**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários:



ANDRE LUIS GARDIN CASTILHO (CPF: 191.XXX.058-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 07/07/2023 - 16:06:11 e válido até 07/07/2123 - 16:06:11.

(Assinatura do sistema)



JOSE ODIVALDO CHITOLINA JUNIOR (CPF: 226.XXX.208-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 15:28:53 e válido até 04/07/2123 - 15:28:53.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2023/530143 e o código **91NRLGSH** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.